

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO.

**SECRETARIA DE POLÍTICA DE INFORMÁTICA**

**RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2014**

**Brasília-DF, 30 de abril de 2015.**

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI.  
Secretaria de Política de Informática – SEPIN.

## RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2014

Relatório de Gestão do exercício de 2014, apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade Jurisdicionada está obrigada nos termos do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 134/2013 e das orientações do órgão de controle interno.

**Brasília-DF, 30 de abril de 2015.**

## **LISTA SIGLAS E ABREVIATURAS**

**ABINEE** – Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (),

**Brazil-IP** – Projeto de Complementação à Capacitação Institucional em Tecnologia da Informação em Centro de Treinamento em Empresas para área de Projetos e Processos de Circuitos Integrados

**CGME** – Coordenação-Geral de Microeletrônica –;

**CGPC** – Coordenação-Geral de Serviços e Programas de Computador – CGPC; e

**CGTE** – Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação.

**CTI** – Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer

**CEITEC** – Centro Nacional em Tecnologia Eletrônica Avançada S.A.

**CT&I** – Ciência, Tecnologia e Inovação

**CGOF** – Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças

**CATI** – Comitê da Área de Tecnologia da Informação

**CTI-PC** – Câmara Temática interministerial para Pleitos de Concessão

**CERTICs** – Certificação de Tecnologia Nacional em Tecnologias da Informação e Comunicação

**CNPq** – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico –

**CI-Brasil** - Programa de Treinamento de Projetistas em Instituições e Empresas de Projeto de Semicondutores

**DETIC** – Departamento de Políticas e Programas Setoriais em Tecnologia da Informação e Comunicação –

**DHs** – Design Houses

**ENAP** – Escola Nacional de Administração Pública

**ESIA** – Associação Europeia da Indústria de Semicondutores

**ENCTI** – Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação

**FNDCT** – Fundo Nacional de Desenvolvimento a Ciência e Tecnologia

**IBGE** – Instituto brasileiro de Geografia e Estatística

**IPI** – Imposto sobre Produtos Industrializados

**MRE** – Ministério de Relações Exteriores

**MPOG** – Ministério do planejamento, Orçamento e Gestão

**MEC** – Ministério da Educação

**MPS.BR** – Melhoria do Processo de Software Brasileiro

**MCTI** – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

**OMC** – Organização Mundial de Comércio

**OSCIP** – Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público

**PADIS** – Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores

**PATVD** – Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Equipamentos para TV Digital

**PNBL/MC** – Programa Nacional de Banda Larga do Ministério das Comunicações

**PBM** – Plano Brasil Maior

**PIB** – Produto Interno Bruto

**PCI-CTI** – Programa de Complementação à Capacitação Institucional em Tecnologia da Informação

**PD&I** – Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação

**RAIS** – Relação Anual de Informações Sociais

**RDs** – Relatórios Demonstrativos

**RNP** – Rede Nacional de Ensino e Pesquisa

**RFB/MF** – Receita Federal do Brasil

**SBC** – Sociedade Brasileira de Computação

**Start-up Brasil** – Projeto de incentivo de empreendedorismo de base tecnológica

**SEPIN** – Secretaria de Política de Informática

**SPOA** – Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração

**SDP/MDIC** – Secretaria de Desenvolvimento Produtivo do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio

**TI Maior** – Programa Estratégico de Software e Serviços de Tecnologia da Informação

**TICs** – Tecnologias da Informação e Comunicação

**TI** – Tecnologia da Informação

**UFRJ** – Universidade Federal do Rio de Janeiro

**UE** – União Europeia

**WSTS** – World Semiconductor Trade Statistics

## Sumário

<b>1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DA UNIDADE JURISDICIONADA.....</b>	<b>7</b>
1.1 IDENTIFICAÇÃO DA UJ – RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL.....	9
1.2. FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA UNIDADE .....	10
1.3 ORGANOGRAMA FUNCIONAL .....	11
1.4. MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS E DE APOIO .....	12
1.4.1. Temas Finalísticos .....	13
<b>2. INFORMAÇÕES SOBRE A GOVERNANÇA .....</b>	<b>26</b>
2.1 ESTRUTURA DE GOVERNANÇA .....	26
2.2 ATUAÇÃO DA AUDITORIA INTERNA .....	26
2.3 ATIVIDADES DE CORREIÇÃO.....	26
2.4 AVALIAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DOS CONTROLES INTERNOS.....	26
2.5 REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES .....	28
<b>3. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE .....</b>	<b>28</b>
<b>4. AMBIENTE DE ATUAÇÃO .....</b>	<b>29</b>
<b>5. PLANEJAMENTO E RESULTADOS ALCANÇADOS.....</b>	<b>30</b>
5.1. PLANEJAMENTO DAS AÇÕES DA UNIDADE JURISDICIONADA .....	30
5.2.PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA E RESULTADOS ALCANÇADOS.....	31
5.2.1 Programa Temático.....	31
5.2.2 Objetivo .....	31
5.2.3 Ações.....	32
5.3 RESULTADOS GERADOS PELA GESTÃO.....	33
5.3.1 Ações realizadas pela Secretaria.....	33
5.4 . RESULTADOS DOS INDICADORES DE DESEMPENHO OPERACIONAL.....	43
5.5 . VARIAÇÃO DE CUSTOS.....	43
<b>6. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA .....</b>	<b>44</b>
6.1.1 Programação de Despesa .....	44
6.1.2 Movimentação de Créditos Interna e Externa .....	44
6.1.3 Realização da Despesa.....	44
6.2 DESPESAS COM PUBLICIDADE .....	45
6.3 RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS .....	45
6.4 MOVIMENTAÇÃO E OS SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES .....	45

6.5 TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS .....	46
6.5.1 Relação dos instrumentos de transferência vigentes no exercício .....	46
6.5.2 Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios .....	46
6.5.3 Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse .....	47
6.5.4 Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse .....	47
6.6 . SUPRIMENTO DE FUNDOS .....	48
6.7 . RENÚNCIAS DE RECEITAS .....	49
6.7.1 Benefícios Financeiros e Creditícios .....	49
6.7.2 Renúncias Tributárias .....	49
6.8 . GESTÃO DE PRECATÓRIOS .....	53
<b>7. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS.....</b>	<b>53</b>
7.1 . ESTRUTURA DE PESSOAL DA UNIDADE .....	53
7.1.1 Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada .....	53
7.1.3 Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada .....	55
7.2 TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA DE APOIO E CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS .....	57
7.2.1 Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão .....	57
7.2.2 Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva .....	57
7.2.3 Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra Autorizações Expedidas .....	57
7.2.4 Composição do quadro de Estagiários.....	57
<b>8. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO .....</b>	<b>58</b>
<b>9. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO .....</b>	<b>58</b>
<b>10. GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL.....</b>	<b>58</b>
<b>11. ATENDIMENTO DE DEMANDAS DE ÓRGÃO .....</b>	<b>58</b>
11.1. Deliberações do TCU atendidas no exercício.....	58
11.1.2 Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício .....	61
11.2 . TRATAMENTO DE RECOMENDAÇÕES DO OCI .....	61
11.2.1 Recomendações do Órgão de Controle Interno Atendidas no Exercício .....	61
11.2.2 Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício .....	62

11.3. DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS ESTABELECIDAS NA LEI Nº 8.730/93 .....	62
11.3.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93 .....	62
11.4 . MEDIDAS ADOTADAS EM CASO DE DANO AO ERÁRIO .....	64
11.5 . ALIMENTAÇÃO SIASG E SICONV .....	64
<b>12. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS .....</b>	<b>64</b>
12.1.NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PUBLICO.	64
12.2. SISTEMÁTICA DE APURAÇÃO DE CUSTOS DOS PROGRAMAS .....	64
12.3. INFORMAÇÕES SOBRE A CONFORMIDADE.....	64
12.4.DECLARAÇÃO DO CONTADOR ATESTANDO A CONFORMIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	64
<b>13. OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO .....</b>	<b>64</b>
13.1. OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES PELA UJ.....	64

## INTRODUÇÃO

O Relatório de Gestão do exercício de 2014 da Secretaria de Política de Informática – SEPIN/MCTI, a ser apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual, a que esta Unidade Jurisdicionada está obrigada nos termos do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, foi elaborado de acordo com as instruções da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 134/2013 e das orientações do órgão de controle interno (Controladoria Geral da União – CGU) .

O Relatório está estruturado da seguinte forma:

### **1. Identificação e atributos da unidade jurisdicionada**

- 1.1 identificação da uj – relatório de gestão individual
- 1.2. finalidade e competências institucionais da unidade
- 1.3 organograma funcional
- 1.4. macroprocessos finalísticos e de apoio
  - 1.4.1. temas finalísticos

### **2. Informações sobre a governança**

- 2.1 estrutura de governança
- 2.2 atuação da auditoria interna
- 2.3 atividades de correição
- 2.4 avaliação do funcionamento dos controles internos
- 2.5 remuneração dos administradores

### **3. Relacionamento com a sociedade**

### **4. Ambiente de atuação**

### **5. Planejamento e resultados alcançados**

- 5.1. planejamento das ações da unidade jurisdicionada
- 5.2 programação orçamentária e financeira e resultados alcançados
  - 5.2.1 programa temático
  - 5.2.2 objetivo
  - 5.2.3 ações
- 5.3 resultados gerados pela gestão
  - 5.3.1 ações realizadas pela secretaria
- 5.4 resultados dos indicadores de desempenho operacional
- 5.5 variação de custos

### **6. Tópicos especiais da execução orçamentária e financeira**

- 6.1.1 programação de despesa
- 6.1.2 movimentação de créditos interna e externa
- 6.1.3 realização da despesa
- 6.2 despesas com publicidade
- 6.3 reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos
- 6.4 movimentação e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores
- 6.5 transferências de recursos
  - 6.5.1 relação dos instrumentos de transferência vigentes no exercício
  - 6.5.2 quantidade de instrumentos de transferências celebrados e valores repassados nos três últimos exercícios

- 6.5.3 informações sobre a prestação de contas relativas aos convênios, termos de cooperação e contratos de repasse
- 6.5.4 informações sobre a análise das prestações de contas de convênios e de contratos de repasse
- 6.6 suprimento de fundos
- 6.7 renúncias de receitas
  - 6.7.1 benefícios financeiros e creditícios
  - 6.7.2 renúncias tributárias
- 6.8 gestão de precatórios

## **7. Gestão de pessoas, terceirização de mão de obra e custos relacionados**

- 7.1 estrutura de pessoal da unidade
  - 7.1.1 demonstração da força de trabalho à disposição da unidade jurisdicionada
  - 7.1.3 custos de pessoal da unidade jurisdicionada
- 7.2 terceirização de mão de obra de apoio e contratação de estagiários
  - 7.2.1 informações sobre terceirização de cargos e atividades do plano de cargos do órgão
  - 7.2.2 informações sobre a contratação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva
  - 7.2.3 contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra autorizações expedidas
  - 7.2.4 composição do quadro de estagiários

## **8. Gestão do patrimônio mobiliário e imobiliário**

## **9. Gestão da tecnologia da informação**

## **10. Gestão do uso dos recursos renováveis e sustentabilidade ambiental**

## **11. Atendimento de demandas de órgão**

- 11.1. deliberações do TCU atendidas no exercício
- 11.1.2 deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício
- 11.2 tratamento de recomendações do OCI
  - 11.2.1 recomendações do órgão de controle interno atendidas no exercício
  - 11.2.2 recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício
- 11.3 declaração de bens e rendas estabelecida na lei nº 8.730/93
  - 11.3.1 situação do cumprimento das obrigações impostas pela lei 8.730/93
- 11.4 medidas adotadas em caso de dano ao erário
- 11.5 alimentação SIASG e SICONV

## **12. Informações contábeis**

- 12.1. Normas brasileiras de contabilidade aplicada ao setor público
- 12.2. Sistemática de apuração de custos dos programas
- 12.3. Informações sobre a conformidade
- 12.4. Declaração do contador atestando a conformidade das demonstrações contábeis

## **13. Outras informações sobre a gestão**

- 13.1. Outras informações consideradas relevantes pela UJ

**1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DA UNIDADE JURISDICIONADA**  
**1.1 IDENTIFICAÇÃO DA UJ – RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL**

**QUADRO A.1.1.1 – Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual**

<b>Poder e Órgão de vinculação</b>			
<b>Poder:</b> Executivo			
<b>Órgão de Vinculação:</b> Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.			<b>Código SIORG:</b> 1988
<b>Identificação da Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação completa:</b> Secretaria de Política de Informática.			
<b>Denominação abreviada:</b> SEPIN/MCTI			
<b>Código SIORG:</b> 2058		<b>Código LOA:</b> 240101	<b>Código SIAFI:</b> 240116
<b>Natureza Jurídica:</b> Administração Direta			<b>CNPJ:</b> 01.263.896/0027-01
<b>Principal Atividade:</b> Administração Pública em Geral			<b>Código CNAE:</b>
<b>Telefones/Fax de contato:</b>	(61) 2033-7855	(61) 2033-7900	(61) 2033-7532
<b>Endereço eletrônico:</b> sepin@mcti.gov.br			
<b>Página da Internet:</b> <a href="http://www.mct.gov.br/sepin">http://www.mct.gov.br/sepin</a>			
<b>Endereço Postal:</b> Esplanada dos Ministérios, Bloco E, 3º andar - CEP 70062-900, Brasília-DF			
<b>Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada</b>			
Decreto n. 5.314, de 17/12/2004 – DOU 20/12/2004.			
<b>Outras normas infra legais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada</b>			
Portarias e Decretos			
<b>Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada</b>			
A Secretaria de Política de Informática – SEPIN é um órgão singular de abrangência nacional, constituída por meio do Decreto nº 5.314, de 17 de dezembro de 2004, publicado no D.O.U. de 20.12.2004, revogado pelo Decreto nº 5.886, de 06 de setembro de 2006, publicado no D.O.U. de 8.9.2006. Regimento Interno - Portaria MCT nº 336, de 12.05.2005, publicada no D.O.U. de 16.05.2005, Seção I, pág. 5.			
<b>Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Código SIAFI</b>	<b>Nome</b>		
240.102	Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração/SPOA		
<b>Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Código SIAFI</b>	<b>Nome</b>		
0001	SPOA/MCT		
<b>Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões</b>			
<b>Código SIAFI da Unidade Gestora</b>		<b>Código SIAFI da Gestão</b>	
240116			

## 1.2. FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA UNIDADE

A Secretaria de Política de Informática – SEPIN tem como atribuição formular, implementar e acompanhar políticas públicas e ações voltadas para o setor de Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) no Brasil. Tais políticas têm como objetivo a capacitação tecnológica e a competitividade do setor, visando a promover as atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação com o aumento da participação dos investimentos privados e a integração das instituições científicas e tecnológicas com o setor produtivo.

A SEPIN é um órgão da Administração Direta integrante da estrutura do Ministério, conforme Portaria MCT nº 756, de 3 de outubro de 2006, com as seguintes competências regimentais:

- I - propor, coordenar e acompanhar as medidas necessárias à execução da política nacional de informática e automação;
- II - propor, coordenar e acompanhar as medidas necessárias à execução das políticas para o desenvolvimento do setor de software e serviços relacionados no País;
- III - propor, coordenar e acompanhar as ações necessárias para o desenvolvimento da Internet e do comércio eletrônico no País, em conjunto com outros órgãos de Governo;
- IV - colaborar com os diversos órgãos das esferas pública e privada, visando o ingresso do País na Sociedade da Informação;
- V - participar, no contexto internacional, das ações que visem o desenvolvimento das tecnologias da informação, da Internet e do comércio eletrônico e seus reflexos, com o aumento da participação do País no cenário das novas sociedades da informação;
- VI - analisar e dar parecer às propostas de concessão de incentivos fiscais a projetos do setor de informática e automação;
- VII - articular a elaboração dos Planos Nacionais de Informática e Automação a serem submetidos ao Conselho Nacional de Informática e Automação; e
- VIII - assistir tecnicamente aos órgãos colegiados na sua área de atuação.

As TICs abrangem os segmentos de semicondutores, programas e serviços de computador, tecnologias de redes de comunicação e os equipamentos de processamento digital de informações, além de tecnologias emergentes como TV Digital, acesso e conectividade (banda larga, wireless, etc.). Na economia brasileira, a participação do setor no ano de 2013 é da ordem de US\$ 222 bilhões (fonte ABES, 2014) anuais, sendo que o setor industrial relacionado ao faturamento das empresas beneficiárias da Lei de Informática contribui anualmente com cerca de US\$ 40 bilhões.

A SEPIN contribui com programas e ações de políticas públicas e projetos, em nível nacional e internacional para o setor de TICs, com o objetivo de integrar e coordenar o desenvolvimento e a utilização de produtos e serviços avançados de computação, comunicação e conteúdos digitais. O instrumento fundamental para a realização de PD&I pelas empresas são os incentivos fiscais apoiados em ações de estímulo: à indústria local de bens e serviços, ao desenvolvimento das cadeias produtivas associadas, à capacitação e formação de recursos humanos, à consolidação e atratividade de empresas, complementado por investimentos e compras governamentais. Tais ações visam ao fortalecimento tecnológico e inovador da indústria local, à redução do déficit da balança comercial, à geração de empregos em todo o território nacional e, principalmente, à redução do desequilíbrio social e econômico regional e à inclusão digital.

Em sua missão de formular propostas de políticas e programas de âmbito nacional relacionadas às TICs, a SEPIN tem realizado e implementado ações de programas e projetos de

interesse nacional no setor. Essas ações visam fortalecer a capacitação tecnológica do setor, a geração de empregos, a criação de oportunidades de avanço tecnológico para a indústria local e o aumento das atividades de pesquisa e desenvolvimento em tecnologias digitais.

Nesse sentido, as ações organizam-se em quatro eixos:

- (a) incentivo ao desenvolvimento industrial por meio de capacitação em P&D para a indústria de hardware;
- (b) promoção de capacidade tecnológica em microeletrônica e circuitos integrados;
- (c) incentivo à competitividade com foco em inovação tecnológica para o setor de software e serviços de TI; e
- (d) coordenação e fomento de ações para o desenvolvimento da Internet e de novas demandas da sociedade e do próprio governo relativas às tecnologias da informação.

O marco legal que orienta as atribuições e responsabilidades da SEPIN são: i) Lei nº 7.232/84, Lei nº 8.248/91, Lei nº 10.176/01 e Lei nº 11.077/04 (Leis de incentivos fiscais para o setor de Informática); ii) Lei nº 9.609/98 (Lei de Software); iii) Lei nº 11.484/07, (dispõe sobre incentivos às indústrias de equipamentos para TV Digital e de componentes eletrônicos semicondutores e sobre a proteção à propriedade intelectual das topografias de circuitos integrados); e iv) Decreto Nº 4.829 (cria o Comitê Gestor da Internet no Brasil – CGIbr e dispõe sobre o modelo de governança da Internet no Brasil).

### 1.3 ORGANOGRAMA FUNCIONAL

A estrutura organizacional da SEPIN é composta por:

- Departamento de Políticas e Programas Setoriais em Tecnologia da Informação e Comunicação – DETIC
  - Coordenação-Geral de Microeletrônica – CGME;
  - Coordenação-Geral de Serviços e Programas de Computador – CGPC; e
  - Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação – CGTE.

O Departamento de Políticas e Programas Setoriais em Tecnologia da Informação e Comunicação – DETIC tem por finalidade subsidiar a formulação de políticas e a definição de estratégias para a implantação de programas setoriais, projetos e atividades e acompanhar as medidas necessárias à execução da política nacional de informática e automação além de participar, no contexto internacional, das ações que visem ao desenvolvimento das tecnologias da informação e comunicação, em temas como propriedade intelectual, serviços de tecnologia da informação, internet, comércio eletrônico e seus reflexos, com o aumento da participação do País no cenário das novas sociedades da informação.

A Coordenação-Geral de Microeletrônica – CGME é incumbida de propor, implementar, coordenar e avaliar políticas de incentivos fiscais, programas de qualidade e de avaliação de conformidade que visem o desenvolvimento do segmento de componentes, semicondutores e optoeletrônicos no País.

A Coordenação-Geral de Serviços e Programas de Computador – CGPC tem por finalidade propor, implementar, coordenar e avaliar políticas de incentivos fiscais, de fortalecimento e consolidação de micro, pequenas e médias empresas, de promoção do software livre, de programas de qualidade e de avaliação de conformidade, de capacitação tecnológica, de acesso à internet, e de desenvolvimento social, cultural e econômico que visem o desenvolvimento dos setores de serviços intensivos em tecnologia da informação e de programas de computador no País.

A Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação – CGTE tem como fim propor, implementar, coordenar e avaliar políticas de incentivos fiscais, capacitação tecnológica, produtividade e competitividade, programas de qualidade e de avaliação de conformidade e projetos que visem o desenvolvimento do setor de tecnologia da informação no País. Sua missão é estimular a capacitação em P&D no setor de tecnologia da informação, assim como o fortalecimento das empresas e das instituições científicas e tecnológicas, por meio da implementação da Lei de Informática – Lei nº 8.248/91.

#### **1.4. MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS E DE APOIO**

A SEPIN tem sob sua responsabilidade quatro macroprocessos finalísticos que se referem diretamente aos eixos de sua atuação. São eles:

- (a) incentivo ao desenvolvimento industrial por meio de capacitação em P&D para a indústria de hardware;
- (b) promoção de capacidade tecnológica em microeletrônica e circuitos integrados;
- (c) incentivo à competitividade com foco em inovação tecnológica para o setor de software e serviços de TI; e
- (d) coordenação e fomento de ações para o desenvolvimento da Internet e de novas demandas da sociedade e do próprio governo relativas às tecnologias da informação.

O macroprocesso mais desafiador à Secretaria, por requerer consideráveis habilidades técnicas, o maior contingente de recursos humanos e demandar grandes esforços de negociação com o setor produtivo, instituições de ensino e pesquisa, entidades de classe e com outros órgãos da administração pública é o primeiro, relativo ao desenvolvimento industrial por meio de capacitação em P&D para a indústria de hardware.

O marco legal que orienta essa atuação é a Lei de Informática – Lei nº 8.248/1991, que se constitui em um mecanismo de incentivos fiscais para empresas de desenvolvimento ou produção de bens e serviços de informática e automação que exige o cumprimento de processo produtivo no País e a aplicação em atividades de P&D em tecnologias da informação. Essa aplicação pode ser realizada em instituições de ensino e pesquisa e nas próprias empresas e o cumprimento do processo produtivo requer acompanhamento da SEPIN em conjunto com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

No segundo macroprocesso, que se relaciona com a promoção de capacidade tecnológica em microeletrônica e circuitos integrados, a SEPIN tem realizado ações para formação e capacitação de profissionais em projetos e processos de componentes e dispositivos semicondutores, além de participar ativamente na atração de novos empreendimentos produtivos no segmento de circuitos integrados.

A SEPIN participa do processo de implantação da TV Digital no Brasil, tendo como principal instrumento o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Equipamentos para TV Digital (PATVD), cuja gestão contribui para o incremento da capacitação tecnológica nacional, das instituições de pesquisa e das empresas, para o desenvolvimento de projetos de pesquisa e desenvolvimento que possam resultar em inovações tecnológicas a serem incorporadas em sistemas de tecnologias digitais para informação e comunicação.

Quanto ao terceiro macroprocesso, voltado para o incentivo à competitividade com foco em inovação tecnológica para o setor de software e serviços de TI, a SEPIN desenvolve ações para estimular a produção local, tanto para ganhos de competitividade interna quanto para inserção efetiva no mercado internacional. Esta proposta de política ativa visa à transformação do País em

um centro de excelência e empreendedorismo na produção e exportação de software e serviços de tecnologia da informação.

O Programa Estratégico de Software e Serviços de Tecnologia da Informação – TI Maior, lançado em 2012, é uma das principais atuações da SEPIN com vistas a estes objetivos. O TI Maior insere-se no contexto do Plano Brasil Maior – PBM, e da Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação – ENCTI, como iniciativa para o desenvolvimento econômico e tecnológico do País. Neste ano, foi dada continuidade à formulação e à implementação de diversos programas para ampliar a indústria de base tecnológica brasileira, na produção industrial como nas atividades de PD&I.

Por fim, quanto ao quarto macroprocesso finalístico, relativo à coordenação e fomento de ações para o desenvolvimento da Internet e de novas demandas da sociedade e do próprio governo relativas às tecnologias da informação, a principal ação da Secretaria se vincula à coordenação do Comitê Gestor da Internet - CGI. A SEPIN tem o papel de coordenar o CGI e de representar o Brasil em inúmeros eventos e reuniões internacionais sobre a governança global da Internet.

A seguir, cada processo é abordado com maiores detalhes.

#### **1.4.1. Macroprocessos Finalísticos**

##### **I – Incentivo ao desenvolvimento industrial para a indústria de hardware**

A Lei nº 8.248/91, Lei de Informática, constitui o principal instrumento de incentivo à capacitação tecnológica e competitividade da indústria brasileira de TIC. A política para o setor de TIC, executada com respaldo dessa Lei, tem estimulado a pesquisa, o desenvolvimento e a inovação e a ampliação da capacidade produtiva da indústria de bens de informática, executadas pelas empresas beneficiárias dos incentivos fiscais e pelas instituições de ensino e pesquisa em TICs do País. É oportuno esclarecer que a atual legislação de incentivos favorece as regiões de influência regionais da SUDAM e SUDENE e a região Centro-Oeste, visando a reduzir as desigualdades regionais e promover um desenvolvimento nacional mais equilibrado.

Reiterando a orientação de fortalecer o desenvolvimento tecnológico com conteúdo nacional, a Portaria MCT nº 950/2006 fixa os requisitos para a caracterização de bens de informática e automação desenvolvidos no País, conforme o disposto no art. 2º, do Decreto nº 5.906/2006, que regulamentou a Lei de Informática. Este mecanismo constitui um dos indicadores mais relevantes de capacitação tecnológica estabelecidos pela Lei de Informática e permite a avaliação do estágio de desenvolvimento nacional em relação a outros países.

O reconhecimento ao atendimento do citado regulamento pela SEPIN/MCTI permite ao bem:

- Isenção do IPI na sua venda;
- Preferência nas vendas para o setor Público Federal, conforme Decreto nº 7.174/2010; e
- Margem de Preferência em condições regulamentadas pelo Poder Executivo.

Este instrumento teve boa receptividade por parte de outros Órgãos da Administração Pública Federal, os quais aplicam as portarias de reconhecimento de bem desenvolvido o País em suas esferas de atuação. Entre eles, ressalta-se a utilização do mecanismo pelo BNDES ao disponibilizar linhas de financiamento com condições diferenciadas para a comercialização desses bens. Mais recentemente, a ANATEL divulgou Consulta Pública de regramento que prevê exigências de aquisição de bens de informática desenvolvidos no País por parte das operadoras. Há ainda o Programa Nacional de Banda Larga – PNBL/MC, o qual também prevê incentivos fiscais

direcionados para as Operadoras e inclui requisitos mínimos de compras de bens de informática nos termos da Portaria MCTI nº 950/2006.

Maiores informações sobre esse tema estão apresentadas no AGRE.

### **III - Promoção de capacidade tecnológica em microeletrônica e circuitos integrados**

Os componentes eletrônicos, representados principalmente pelos semicondutores e os dispositivos optoeletrônicos como os mostradores de cristal líquido (*displays LCD*), foram introduzidos definitivamente na agenda da política tecnológica e industrial no Brasil nos últimos anos. Devido ao significativo e crescente déficit da balança comercial que esses componentes representam para o País, foi identificada a necessidade de dominar o conhecimento sobre o ciclo de desenvolvimento e, para alguns componentes, dar início à sua produção no País. Também foi reconhecida como fundamental a formação e a capacitação de recursos humanos, bem como a ampliação das atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação na área.

Após o período da abertura comercial do setor na década de 1990, muitas das empresas nacionais que trabalhavam com componentes fecharam suas portas. Desde 2002, a política adotada visa criar novamente condições para a implantação plena desta indústria no País, em bases competitivas globalmente e com real impacto na economia nacional, procurando replicar no Brasil a importância que esse setor tem assumido nas economias de países de alta expressão na economia mundial do conhecimento.

De acordo com o World Semiconductor Trade Statistics (WSTS), o mercado mundial de semicondutores atingiu a cifra de US\$ 333 bilhões em 2014, um crescimento de 9% em relação aos US\$ 305 bilhões registrados em 2013. Esse crescimento foi impulsionado principalmente pelo crescimento do segmento Memórias, que aumentaram 17,3% em 2014. Para 2015, é previsto que esse mercado apresente um crescimento de 3,4%, alcançando o montante de US\$ 345 bilhões. Em 2016, estima-se que ele aumente 3,1%, atingindo a marca de US\$ 355 bilhões.

Além de ser um segmento importante economicamente, pode-se afirmar que a indústria de semicondutores apresenta um efeito multiplicador em torno de 25 vezes, o que a torna indiretamente responsável por aproximadamente 10% do Produto Interno Bruto (PIB) mundial. Este fator multiplicador resulta, segundo estimativas da Associação Europeia da Indústria de Semicondutores (ESIA), da comparação do faturamento da indústria de semicondutores (US\$ 250 bilhões) com a produção em 2007 de aproximadamente US\$ 1,5 trilhão em equipamentos eletrônicos cujos componentes são principalmente semicondutores, somados aos US\$ 6,3 trilhões faturados pelas atividades de serviços também dependentes dos semicondutores (tais como operadoras de telecomunicações, provedores de acesso à internet, software, jogos, etc.).

De acordo com a Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (ABINEE), o faturamento do setor eletroeletrônico previsto para o ano de 2014 é de R\$ 159,4 bilhões, com crescimento nominal de 2% e uma queda real de 5% na comparação com 2013 (descontada a inflação do setor com base no IPP - Índice de Preços ao Produtor do IBGE, estimado em 6% para 2014).

O motivo para este baixo crescimento foi a queda do mercado interno e das exportações. Fugiram à regra as vendas de smartphones e aparelhos de imagem e som (decorrentes da Copa do Mundo de futebol), e os tablets, cujas vendas compensaram, em parte, o baixo nível de negócios dos desktops e notebooks na área de informática.

A ABINEE observa que as importações de Componentes Elétricos e Eletrônicos em 2014 ficaram no mesmo nível de 2013, US\$ 24,6 bilhões, representando 59% das importações

totais das indústrias do setor, que tiveram queda de 4%, em função da retração do mercado interno. Apesar disso, as importações de componentes para telecomunicações apresentaram um crescimento de 7% em 2014.

As exportações do setor eletroeletrônico alcançaram US\$ 6,7 bilhões em 2014, o que corresponde a uma queda de 9% em relação a 2013, devido à retração dos mercados nos países da América Latina. As exportações de Componentes Elétricos e Eletrônicos atingiram US\$ 3 bilhões em 2014, uma queda de 10% em relação ao ano anterior.

Como resultado, a ABINEE estimou que a balança comercial do setor deve atingir um déficit de US\$ 35,2 bilhões, uma queda de 3% em relação ao registrado em 2013 (US\$ 36,2 bilhões).

Nesse segmento, a SEPIN tem executado as seguintes iniciativas:

- *Programa CI-Brasil:*

O Programa CI-Brasil foi criado pelo MCTI em junho de 2005, com três objetivos: (i) criar e implantar no País centros e empresas de projeto de circuitos integrados; (ii) formar e capacitar projetistas de circuitos integrados e (iii) disponibilizar para a indústria nacional e internacional a tecnologia e a capacitação para a realização de projeto de circuitos integrados dedicados no País que pudessem ser incorporados em seus produtos, agregando inovação, novas funcionalidades e ampliando a competitividade desses produtos.

Como resultado das ações do Programa CI-Brasil, no final de 2014 estavam em operação no País 25 centros e empresas de projeto de circuitos integrados, com mais de 700 projetistas, mais de 50 projetos de circuitos integrados desenvolvidos e fabricados e 3 centros de treinamentos de projetistas de circuitos integrados, localizados em Porto Alegre (RS), Campinas (SP) e São Paulo (SP) e um quarto em gestação em Belo Horizonte (MG). Foram investidos pelo MCTI, com recursos FNDCT, no Programa CI-Brasil desde a sua criação, mais de R\$ 148 milhões, incluindo recursos para implantação e operação dos centros de treinamento, bolsas para projetistas, aquisição de ferramentas de projeto e equipamentos. Até dezembro de 2014 foram treinados 726 projetistas nos três Centros de Treinamento (CT1, CT2 e CT3). Mais de 40 instituições de ensino e centros de pesquisa receberam recursos do MCTI e da Lei de Informática para equiparem seus cursos de graduação e pós-graduação com aquisição de licenças EDA (*eletronic design automation*) utilizadas no projeto de circuitos integrados, beneficiando mais de 4.500 alunos. Foram concedidas 103 bolsas de mestrado, 23 de doutorado e 976 para projetistas nos centros de treinamento.

- *Criação e a Implantação da CEITEC S.A.:*

A criação da empresa pública Centro Nacional em Tecnologia Eletrônica Avançada S.A. - CEITEC foi autorizada pela Lei nº 11.759, de 31 de julho de 2008, e efetivada pelo Decreto nº 6.638, de 7 de novembro de 2008. A empresa está instalada em um complexo de 14.600 m<sup>2</sup>, com aproximadamente 5,6 ha de área construída, na cidade de Porto Alegre (RS).

Com a CEITEC S.A., o Governo Federal objetiva completar o ecossistema microeletrônico no País, capacitando o Brasil para o desenvolvimento e a produção de circuitos integrados. A empresa foi viabilizada a partir da doação de um conjunto de equipamentos para produção de circuitos integrados, realizada pela empresa americana Motorola ao Governo do Estado do Rio Grande do Sul. A CEITEC S.A. é a única fábrica de circuitos integrados a dominar o ciclo de processamento físico-químico ou difusão no País e na América do Sul até o momento.

Poucos países hoje detêm conhecimento tecnológico e industrial para realizar a especificação, projeto, construção, instalação e operação de fábricas de semicondutores, que operam em salas limpas classe 100<sup>1</sup> ou inferiores e tecnologia CMOS<sup>2</sup>.

A empresa CEITEC S.A. possui duas unidades principais, uma unidade fabril e uma unidade de projetos de circuitos integrados. A unidade de projetos conta com mais 50 projetistas, incluindo mestres, doutores, engenheiros com larga experiência na indústria de semicondutores e também engenheiros recém-formados. Além desses, a fábrica deverá empregar cerca de 100 profissionais altamente especializados, dedicados à fabricação de circuitos integrados, na etapa de maior complexidade tecnológica – processamento e difusão de lâminas de silício. Com esta equipe técnica a CEITEC S.A. irá projetar e colocar no mercado produtos de ponta na área de semicondutores, capazes de competir nacional e internacionalmente, criando capacitação no desenvolvimento de produtos de alta tecnologia no Brasil.

O foco de atuação da CEITEC S.A. abrange três segmentos de produtos e tecnologias:

- RFID: identificação por radiofrequência (ex: rastreabilidade animal e veicular; etiquetas eletrônicas);
- Comunicação Sem Fio: produtos para a comunicação sem fio (ex: WIFI, WIMAX);
- Multimídias Digitais: moduladores e demoduladores (ex: TV Digital, rádio digital).

Com a expansão do portfólio nos últimos anos e o domínio de etapas mais amplas dos processos produtivos, a CEITEC ingressa agora em uma fase mais acelerada de crescimento. A empresa prevê faturar entre R\$ 7 milhões e R\$ 10 milhões em 2015, ante R\$ 3 milhões no ano passado, e projeta cobrir integralmente as despesas com pessoal, custeio e investimento já em 2018, com receitas próprias de pouco mais de R\$ 100 milhões.

- *Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores – PADIS:*

O Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores - PADIS foi instituído pela Lei nº 11.484, de 31 de maio de 2007, objetivando desenvolver atividades de pesquisa e desenvolvimento na área de projeto e de processo de fabricação de circuitos integrados e de *displays*, bem como atrair investimentos de produção desses importantes componentes eletrônicos. As empresas que invistam em atividades de pesquisa e desenvolvimento no Brasil e exerçam pelo menos uma das atividades de projeto, difusão, corte, encapsulamento e teste de semicondutores podem beneficiadas com a desoneração dos impostos e tributos federais incidentes na aquisição de máquinas, equipamentos e ferramentas destinadas ao projeto industrial, bem como a desoneração dos principais tributos incidentes nos insumos e matéria-prima para a produção de semicondutores e *displays*. As empresas beneficiárias do PADIS poderão contar também com a isenção do imposto de renda e de tributos e impostos incidentes na comercialização de circuitos integrados.

Em 2014 estavam beneficiadas pelo PADIS nove empresas: duas de processamento de lâminas ou *foundries*: CEITEC S.A. (design e *foundry*) e SIX/Unitec Semicondutores; três empresas fabricantes de memórias (DRAM E FLASH): Smart, HT Micron e Multilaser; três empresas de projeto de circuitos integrados - IC design houses: SiliconReef, Chipus e Idea e a empresa FlexIC, fabricante de circuitos híbridos.

---

<sup>1</sup> Uma Sala Limpa consiste de uma área fechada dentro da qual a concentração de partículas transportadas via aérea se mantém controlada em um nível desejável. As classificações de Salas Limpas são baseadas no número de contagens de partícula por pé cúbico (1 pé cúbico = 0,02832 m<sup>3</sup>) de ar. Classe 100 - Sendo a contagem de 100 partículas por pé cúbico de ar (tam. de part. >= 0.5micron)

<sup>2</sup> CMOS: acrônimo para Complementary Metal-Oxide-Semiconductor, i.e., semicondutor metal-óxido complementar. Corresponde a um tipo de tecnologia empregada na fabricação de circuitos integrados onde se incluem elementos de lógica digital (portas lógicas, flip-flops, contadores, decodificadores, etc.), microprocessadores, microcontroladores, memórias RAM, etc.

As empresas beneficiárias do PADIS encontram-se em estágios diferentes, no que refere às atividades de produção:

**SMART** - A Smart está encapsulando memórias no Brasil desde 2005. Tendo o seu projeto PADIS aprovado em 2010. Desde 2010, a empresa tem ampliado a sua linha de produtos e em 2014 iniciou a operação das atividades de corte, encapsulamento e teste em uma sala limpa classe 10, destinada à fabricação de componentes eMCP, eMMC e LPDRAM.

**HT Micron** - Está em operação no País desde 2009. Em outubro de 2013, inaugurou a sua unidade fabril. A nova unidade iniciou a sua operação no segundo semestre de 2014. A empresa estará ofertando para o mercado memórias DRAM e NAND Flash.

**CEITEC S.A** - Primeira *foundry* do País. Iniciou as atividades de fabricação de lâminas e de *back-end* em 2013. Possui um dos maiores grupos de projeto de circuitos integrados do País. Está fornecendo ao mercado *chips* para RFID.

**SIX Semicondutores** - A infraestrutura fabril estava em processo de construção, incluindo a sala limpa, montada e comissionada. A operação fabril deverá ter início em 2016.

**Multilaser** - A empresa Multilaser teve seu projeto aprovado no final de 2013, iniciando as suas atividades industriais a partir do 2º semestre de 2014.

As empresas beneficiárias do PADIS faturaram em 2014 mais de R\$ 500 milhões. Os investimentos totais acumulados realizados pelas empresas até o final do ano de 2014 são estimados em mais de R\$ 1,5 bilhão.

- *Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Equipamentos para TV Digital (PATVD):*

O Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Equipamentos para a TV Digital – PATVD foi instituído pela Lei nº 11.484, de 31 de maio de 2007, e regulamentado pelo Decreto nº 6.234, de 11 de outubro de 2007.

Estavam habilitadas no PATVD ao final de 2014 as seguintes empresas:

- ✓ Harris Soluções em comunicações do Brasil;
- ✓ Linear Equipamentos Eletrônicos S.A.;
- ✓ Sanmina-sci do Brasil Integration Ltda.;
- ✓ Screen Service do Brasil Indústria e Comércio de Produtos Eletrônicos Ltda.; e
- ✓ Superior Tecnologia em Radiodifusão Ltda.

Quase todas as empresas habilitadas já possuíam faturamento a partir de 2013, realizando investimentos em P&D a partir desse ano.

### **III – Incentivo à competitividade no setor de software e serviços de TI**

O Brasil ocupa uma posição destacada como mercado consumidor de software no cenário internacional e, especialmente, na América Latina. Entretanto, a evolução da participação da Indústria Brasileira de Software e Serviços de TI no mercado internacional de software (*market share*) ainda é muito pequena. O Brasil ainda não dispõe de um número expressivo de empresas de grande porte nesse setor o que demanda, requer uma estratégia integrada de ações de políticas públicas para o desenvolvimento do setor com foco na inserção global.

Observa-se que os principais resultados obtidos por empresas de software e serviços de TI nas últimas décadas decorrem de ações fragmentadas, em parte devidas à transversalidade setorial, existindo demandas específicas de setores como automação industrial, telecomunicações,

financeiro, dentre outros. Embora estes setores tenham conseguido construir uma base tecnológica em hardware e software, apoiados em grande medida na Lei de Informática (Lei nº 8.248/91), as competências desenvolvidas ainda são insuficientes e pouco adequadas para ampliar significativamente a inserção do Brasil no mercado internacional.

No contexto da Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação – ENCTI, formulada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, foi lançado o Programa Estratégico de Software e Serviços de Tecnologia da Informação – TI Maior, em agosto de 2012, desenhado em consonância com o Plano Brasil Maior, para atuar no desenvolvimento econômico e social, no posicionamento internacional, na inovação e empreendedorismo, na produção de CT&I e na inovação e competitividade do setor de software e serviços de TI.

O ano de 2014 foi de implantação e consolidação de projetos e ações no âmbito do Programa TI Maior. Foi dada continuidade aos seguintes programas e ações:

- a) o Programa Start-Up Brasil, uma iniciativa que visa dinamizar o ecossistema de empreendedorismo com base em software e nos serviços baseados nas tecnologias da informação;
- b) o Programa Brasil + TI, dedicado ao estímulo de jovens a participarem da carreira de TI em especial por meio da promoção de oferta de cursos de capacitação de profissionais em TI;
- c) a ação de atração de centros globais de P&D; e
- d) Certificado de Tecnologia em Software – CERTIC;
- e) a inclusão de novas ações de apoio à PD&I relativas aos ecossistemas digitais estratégicos de computação de alto desempenho (*high performance computing*), computação em nuvem (*storage e plataformas experimentais*), e segurança cibernética, e na prospecção de novo ecossistema relativo a TI para esportes e grandes eventos desportivos e uma atualização/revisão do ecossistema do agronegócio.

Ressaltamos que a proposta do TI Maior é contribuir para a eliminação dos principais gargalos do setor, de modo que a indústria brasileira de software e serviços de TI aumente sua competitividade e capacidade produtiva, amplie a participação das empresas nacionais nos mercados interno e externo e, assim, torne-se uma das referências no cenário internacional.

- *Formação e capacitação de recursos humanos:*

A SEPIN deu continuidade às atividades do Programa Brasil Mais TI. Este Programa é destinado a capacitar recursos humanos para atuar no setor, nos níveis mais demandados pelo mercado, que incluem a capacitação em nível técnico e tecnológico. Foi desenvolvida uma plataforma com um ambiente de educação virtualizado e um banco de vagas, visando o despertar vocacional dos jovens para as áreas de TI e o treinamento em habilidades básicas demandadas pelo setor. A plataforma obteve grande número de acessos e impacto significativo nas redes sociais, com divulgações em escala viral. Até dezembro de 2014, foram contabilizados mais de 257 mil cursos concluídos com mais de 134 mil indivíduos cadastrados na plataforma. A SEPIN buscou parcerias no setor privado para expandir os conteúdos ofertados e deu continuidade à parceria selada entre MCTI e MEC para fins de apoio e expansão do programa. O ano de 2014 foi marcado pelo planejamento das ações de apoio a terceira fase do Programa. Em outubro de 2014 foi aberta uma chamada pública para seleção de OSCIP para realizar a gerência executiva do programa a partir de 2015.

- *Fomentar pesquisa e desenvolvimento:*

A SEPIN avançou no apoio ao desenvolvimento de projetos de PD&I em computação em áreas consideradas de alta complexidade e grande desafio, que estejam alinhadas

com as estratégias nacionais. Um edital com a União Europeia esteve em negociação durante o ano de 2014, com lançamento previsto para o princípio de 2015. Esta iniciativa visa estimular e apoiar a cooperação técnica de alto nível entre o Brasil e a União Europeia e objetiva promover sinergia entre as competências existentes nas comunidades de pesquisa e desenvolvimento brasileiras e europeias, além de viabilizar o compartilhamento de informações e de conhecimento científico e tecnológico, de recursos humanos qualificados e de infraestruturas de P&D. As linhas temáticas dos projetos a serem apoiadas no âmbito dessa última chamada serão:

- a) Computação em Nuvem, incluindo aspectos de segurança;
- b) Computação de Alto Desempenho (“*High Performance Computing – HPC*”); e
- c) Plataformas Experimentais.

Cabe ressaltar que esta iniciativa trata do apoio a atividades de pesquisa em alto nível nas áreas de TICs e onde somente dois países contam com esta ação coordenada junto à União Europeia, o Japão e o Brasil.

Outra ação relevante de apoio ao desenvolvimento tecnológico e da inovação do país é o projeto de Ciberdefesa. Este projeto prevê o desenvolvimento de um antivírus nacional além da mobilização de laboratórios para identificação e tratamento de *malware*. O projeto é uma parceria entre o MCTI e o Ministério da Defesa, tendo o Exército Brasileiro como o órgão responsável por levantar as demandas técnicas do projeto, dado que este é o responsável pela ação de Defesa Cibernética prevista na Estratégia Nacional de Defesa. O projeto prevê o investimento de R\$11,2 milhões em um período de 3 anos.

Em 2014, houve também avanços significativos em dois projetos voltados para o aprimoramento da infraestrutura cibernética para P&D.

O primeiro envolve a instalação de uma infraestrutura computacional de processamento de alto desempenho (PAD) com capacidade petaflopica de pico utilizando o Acordo de Cooperação França-Brasil em Computação de Alto Desempenho, ratificado pela Presidente Dilma Rousseff em 11 de dezembro de 2012. Este Acordo justifica a aquisição, com dispensa de licitação, de um supercomputador da BULL, uma das poucas empresas no mundo que dominam a tecnologia da fabricação de computadores de alto desempenho.

O projeto inclui a aquisição de um sistema de aproximadamente 1,1 Petaflops de capacidade com 2,5 Petabytes de armazenamento e arquitetura híbrida (CPU/GPU- INTEL XEON-PHI), com nó de alta memória compartilhada – 6 Tb, da BULL; sistema de atendimento aos usuários - E-Ciência (parceria LNCC/RNP); e transferência de tecnologia da França para o Brasil, envolvendo um Centro de Pesquisa da BULL em Petrópolis – LNCC, um Centro de Aplicações da BULL no Rio de Janeiro - UFRJ; e a fabricação de equipamento no Brasil em parceria com o CTI/MCTI. O custo total na primeira fase: R\$60milhões. A contrapartida da BULL, na instalação do centro de pesquisas e aplicações e fabricação é de Euros 7,5mi em 3 anos. Em 2014, houve a conclusão dos termos do projeto e a transferência total dos recursos dessa fase do projeto. O início da operação do projeto ocorrerá em 2015.

O segundo projeto envolve a instalação de novas infraestruturas para a computação em nuvem para universidades. Em 2014, foram instalados dois data centers, recebidos da empresa Huawei, nos municípios de Recife (1,0PB) e Manaus (0,5PB), totalizando 1,5PB, cujas capacidades serão somadas à Nuvem Acadêmica desenvolvida pela RNP. O objetivo da Nuvem Acadêmica é responder às demandas de armazenamento e computação para apoiar aplicações científicas e tecnológicas, de forma flexível, escalável e sustentável, no Brasil.

- *Inovação e Empreendedorismo:*

O Programa TI Maior apresenta com o programa Start-up Brasil, uma série de ações coordenadas para gerar oportunidades a empreendedores organizados em empresas nascentes (*startups*), utilizando-se do conceito de aceleração de empresas, o qual prevê um apoio sistêmico à *startup* que poderá incluir as seguintes atividades:

- a) mentorado tecnológico e de negócio;
- b) capacitação em negócios;
- c) auxílio ao aperfeiçoamento do plano de negócios;
- d) recursos para o desenvolvimento de P&D;
- e) ações de exposição do negócio junto a potenciais investidores; e
- f) aporte de capital oriundo de investidores privados.

Essas ações ocorrem em parceria com *aceleradoras de empresas*, instituições dedicadas ao desenvolvimento de negócios nascentes de software e serviços correlatos, com apoio de curta duração (máximo de doze meses), porém intenso em conteúdos ligados a gestão de negócios e tecnologias.

A edição de 2014 do Start-up Brasil compreendeu duas etapas: a primeira consistiu na convocação e a seleção, por meio de edital público, das aceleradoras parceiras no Programa; foram escolhidas de doze aceleradoras para a parceria no processo. Na segunda fase, foram abertas duas chamadas públicas de empresas startups, uma em cada semestre, para participarem do processo de aceleração. Atenderam à primeira chamada 601 empresas, sendo 544 nacionais e 57 estrangeiras; e na segunda chamada foram recebidas 621 inscrições, 518 de empresas nacionais e 103 estrangeiras. Na seleção foram escolhidas 107 empresas nacionais e internacionais aptas a participar do processo de aceleração e a receber apoio em bolsas de P&D de até R\$200.000,00 para desenvolvimento de soluções de TI totalizando um investimento de R\$ 20 milhões, sendo aproximadamente R\$10 milhões em 2014 e 10 milhões em 2015.

Outras entregas importantes do Programa no ano de 2014 foram os dois eventos demonstrativos (Demo Days) que ocorreram no último trimestre do ano. O Demo Day Nacional ocorreu em SP e foi onde 15 empresas com maior grau de desenvolvimento de projetos (chamadas graduadas) apresentaram oralmente seus produtos e serviços para interessados, sendo que, no total, 30 empresas do Programa participaram do evento demonstrando o estágio em que encontram seus projetos. Outro grande marco do Programa foi a realização do primeiro Demo Day Internacional do Programa. Este foi organizado pela APEX-Brasil, parceira do MCTI para a execução do Programa, tendo ocorrido em San Francisco – EUA, e contado com a presença de 12 empresas.

Os resultados do Programa indicam que 68,8% das *startups* da turma 1 (que iniciou em junho de 2013) indicaram ter atingido algum marco significativo, seja ele um novo produto desenvolvido, dobrou a receita ou captou investimento. Indicadores preliminares (fevereiro de 2015) dão conta de que os investimentos privados já são superiores aos investimentos públicos realizados.

- *Certificação de Tecnologia Nacional em Software:*

A discussão do uso de certificados de origem e tecnologia nacional advém da emergência das Leis n<sup>os</sup> 8.248/91 e 8.666/93, que buscavam, respectivamente, dotar o país de uma

estrutura de tecnologias da informação avançada, assim como um regramento licitatório que estabelecesse este segmento da economia como estratégico e, portanto, privilegiado com a adoção de regras de licitação e compras públicas que beneficiassem produtos e serviços desenvolvidos no país (artigo 3º da Lei nº 8.666/93).

Com o advento da Medida Provisória nº 495/2010, convertida na Lei nº 12.349/2010, estabeleceu-se no Estatuto Licitatório a possibilidade do uso de margens de preferência para produtos e serviços resultantes de desenvolvimento e inovação tecnológica realizados no País, cabendo ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação estabelecer requisitos e critérios para a definição dos métodos de certificação dos produtos inovadores produzidos no País (art. 2º). Este dispositivo legal possibilita que contratações de sistemas de tecnologia da informação e comunicações, por questões de segurança, sejam restritas a bens e serviços com tecnologia desenvolvida no País e produzida de acordo com o processo produtivo básico.

Não obstante a existência de regramento legal para a adoção de medidas certificadoras de tecnologia nacional em alguns segmentos de TIC, havia a lacuna de método e informações para esse regramento na área de software e serviços de tecnologia da informação. Tal lacuna resultava num grande risco regulatório para o setor privado e demais órgãos governamentais, pois o poder de compra estatal precisa estar baseado em regras e certificações críveis que garantam aos gestores públicos e entes privados a credibilidade necessária para sua execução.

Neste sentido, desenvolveu-se tal metodologia com o envolvimento dos diversos atores da sociedade civil organizada, academia, outros órgãos de governo e empresas, com o fito de avaliar as melhores práticas para certificação de tecnologia nacional crível. Assim, em parceria com o Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer (CTI), unidade de pesquisa do MCTI, iniciou-se o projeto para a elaboração de modelo para Certificação de Tecnologia Nacional em Tecnologias da Informação e Comunicação, denominada CERTICs. A proposta de modelo de certificação foi submetida à consulta pública em fins de 2012, para alinhar-se às percepções dos diversos atores no governo, mercado e sociedade civil. A metodologia foi lançada oficialmente em junho de 2013 durante o evento com ampla participação de representantes do setor, e o processo de certificação baseado nessa metodologia vigora desde setembro desse mesmo ano, com a colaboração de uma rede de entidades avaliadoras e a validação por parte do CTI.

O Método de avaliação, parte da Metodologia CERTICS para Software, foi totalmente mapeado e implantado em uma plataforma de nome CERTICSys – [www.certicsys.org.br](http://www.certicsys.org.br), que automatiza todo o processo desde o cadastramento da empresa, passando pelo monitoramento da atividade de avaliação e depois monitorando os resultados obtidos por empresas de software. Esta plataforma permite uma simulação do processo de avaliação, de modo a proporcionar um aprendizado para a empresa que pretende se certificar e também indica a possibilidade de sucesso da empresa ser aprovada na avaliação.

No ano de 2014 o CERTICs deu início aos primeiros processos de certificação. Em janeiro de 2014 a quantidade de propostas que estavam em pré-análise eram de 12 e neste mesmo mês foram concedidas 3 (três) certificações. Em dezembro o número de projetos em pré-análise (dados acumulados desde janeiro) chegava a 51 com 15 certificados concedidos.

- *Qualidade do software e processos:*

A implementação de melhores práticas de qualidade é importante para expandir a produtividade, a capacidade inovadora e reduzir barreiras não tarifárias existentes no setor. Por isso a SEPIN apoia, via SOFTEX, a implementação do modelo de melhoria de processos MPS.BR (Melhoria do Processo de Software Brasileiro). No ano de 2014, a estratégia da SEPIN foi a de

iniciar um gradual desinvestimento público em detrimento de um modelo que seja realizado de maneira mais autônoma e autossustentável pela própria indústria.

Neste quesito a SEPIN realizou apenas o apoio ao XIII Simpósio Brasileiro de Qualidade de Software – SBQS 2014 realizado em Blumenau, evento anual onde são discutidos os principais desafios e métricas para o aperfeiçoamento da metodologia. Já em fase final de apoio com resquícios de recursos do ano de 2013, em 2014 foram contabilizadas 60 empresas avaliadas, sendo estas majoritariamente posicionadas entre os níveis G e F do MPS.BR.

- *Ação de Centros Globais de P&D:*

Esta ação não contou com novos recursos ou editais no ano de 2014. No entanto, a SEPIN realizou um encontro onde os centros instalados no país tiveram a oportunidade de apresentar uma síntese de seus projetos além de discutir oportunidades e dificuldades que estes centros encontram ao operar no país. Foram convidados a participar os Centros da IBM, Intel, CPqD, Freescale, ITV-Vale, Microsoft, SAP, EMC2, Huawei e Baidu.

O ano foi importante também para finalizar um plano de acompanhamento e avaliação dos projetos que estão em andamento e que terá lugar logo ao princípio do ano de 2015. O propósito é acompanhar e verificar os resultados que estes centros vêm alcançando com os projetos e fundamentar, assim, o aperfeiçoamento de estratégias de políticas que levem ao desenvolvimento local de pesquisa e desenvolvimento em software por empresas de grande porte.

#### **IV – Coordenação e fomento de ações para o desenvolvimento da Internet e de novas demandas da sociedade e do próprio governo relativas às tecnologias da informação**

A Secretaria Política de informática coordena o Comitê Gestor da Internet criado por meio do Decreto nº 4823/2003. Este comitê tem a atribuição de estabelecer diretrizes estratégicas relacionadas ao uso e desenvolvimento da Internet no Brasil e diretrizes para a execução do registro de Nomes de Domínio, alocação de Endereço IP (*Internet Protocol*) e administração pertinente ao Domínio de Primeiro Nível ".br". Também promove estudos e recomenda procedimentos para a segurança da Internet e propõe programas de pesquisa e desenvolvimento que permitam a manutenção do nível de qualidade técnica e inovação no uso da Internet.

O Comitê Gestor é composto por representantes do setor governamental, setor empresarial, do terceiro setor e da comunidade acadêmica, constituindo um modelo de governança pioneiro, com base nos princípios da multissetorialidade, multilateralidade, transparência e democracia. O Secretário da SEPIN tem o papel de coordenar o CGI e de representar o Brasil em inúmeros eventos e reuniões internacionais sobre a governança global da Internet.

Em 2014, o acontecimento mais importante no qual a SEPIN esteve fortemente envolvida foi realização do Encontro Multissetorial Global sobre o Futuro da Governança da Internet (NETmundial), que ocorreu em São Paulo, entre os dias 23 e 24 de abril de 2014. O evento foi um marco na governança global da rede e um dos resultados mais tangíveis resultantes do discurso da Presidente Dilma Rousseff na Assembleia Geral da ONU em 2013, conclamando uma reforma na governança da Internet no mundo.

Na ocasião, produziu-se a Declaração Multissetorial NETmundial. Tal declaração é composta por *conjunto de princípios* fundamentais para harmonizar a ação dos diversos atores envolvidos com a Internet pelo planeta; e por um *roteiro para guiar a evolução futura do ecossistema institucional* da governança global da Internet. Esse ecossistema é composto por diferentes trilhas e processos de governança em nível nacional, regional e internacional, onde são discutidas inúmeras questões técnicas e sociotécnicas que dizem respeito aos impactos que a Internet tem para a vida contemporânea: provimento de infraestrutura, estímulo à inovação,

garantia de multiculturalismo e proteção aos direitos humanos fundamentais nas atividades *on line*, inclusão digital, etc. Todos esses temas estão efetivamente alinhados com aquilo que o Brasil logrou com a adoção do Marco Civil da Internet (Lei 12.965/2014) – sancionado pela Presidente Dilma Rousseff durante a cerimônia de abertura do NETmundial.

A reunião em São Paulo, congregou mais de 900 participantes, representando 90 países, equilibradamente distribuídos entre os setores governamental, privado, técnico, acadêmico e sociedade civil. Foram também disponibilizados *hubs* remotos para habilitar participação *online* de muitos outros participantes, o que aumenta ainda mais a quantidade de países participantes do evento. O processo por meio do qual se organizou a reunião foi bastante inovador em se tratando de governança global. Representantes dos diferentes setores ocuparam o mesmo plenário de deliberações. Representantes de cada um desses setores (entidades governamentais, empresariais, técnico-acadêmicas e da sociedade civil) eram reconhecidos – em pé de igualdade (“*on equal footing*”) – para dirigir-se ao plenário alternada e sucessivamente, o que garantiu a horizontalidade do processo e o equilíbrio no resultado final produzido pelo Encontro.

A partir do NETmundial, a agenda política da governança global da Internet passou a girar em torno dos desafios de se dar notoriedade e adesão aos princípios NETmundial e das diferentes estratégias possíveis para a implementação do roteiro para guiar a evolução futura do ecossistema em direção a um horizonte mais democrático e inclusive no plano internacional. Um dos principais destaques é a Iniciativa NETmundial, viabilizada pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br), pela Corporação da Internet para Atribuição Nomes e Números (ICANN) e pelo Fórum Econômico Mundial, que objetiva desenvolver uma plataforma para viabilizar a articulação e a organização coletiva no desenvolvimento de projetos capazes de dar respostas a problemas da governança da Internet por uma perspectiva. Outro destaque têm sido a incorporação dos debates decorrentes NETmundial na trilha do Fórum de Governança da Internet da ONU (IGF), cuja 10ª edição ocorrerá em novembro de 2015, em João Pessoa, na Paraíba.

#### 1.4.1. Macroprocessos de Apoio

Para realizar todas os macroprocessos finalísticos e as ações em que se desdobram, alguns processos de apoio precisam se desenvolver na Secretaria de Política de Informática. Eles podem ser listados da seguinte forma:

- (a) Gestão das renúncias fiscais;
- (b) Elaboração de Processos Produtivos Básicos;
- (c) Coordenação do Comitê da Área de Tecnologia da Informação – CATI;
- (d) Gestão de projetos, editais e chamadas públicas;
- (e) Elaboração e aprimoramento do marco regulatório; e
- (f) Realização e participação em seminários e eventos.

##### **I – Gestão das renúncias fiscais**

O primeiro e bastante desafiador para a SEPIN se refere à gestão das renúncias fiscais, posto que é sua atribuição regimental analisar e dar parecer às propostas de concessão de incentivos fiscais a projetos do setor de informática e automação.

As renúncias fiscais para o setor se baseiam na Lei de Informática, o PADIS e o PATVD.

Nesse sentido, a Secretaria tem a responsabilidade de:

- (a) analisar os pedidos de concessão dos benefícios;
- (b) habilitar as empresas que atendem os requisitos;
- (c) fiscalizar as empresas beneficiárias; e

- (d) analisar os relatórios demonstrativos dos investimentos realizados em P&D pelas empresas.

O ano de 2014 terminou com 613 empresas habilitadas aos incentivos da Lei de Informática, com previsão de faturamento da ordem de R\$ 50 Bilhões com bens incentivados e aplicação em atividades de P&D de cerca de R\$ 1,6 Bilhões e 310 Instituições de Ensino, Pesquisa e Desenvolvimento credenciadas pelo CATI, com previsão de execução de 1000 projetos de P&D em TIC, em convênio com as empresas incentivadas.

Foram analisados cerca de 230 Relatórios Demonstrativos de aplicações em atividades de P&D, em contrapartida à fruição de incentivos da lei de Informática, finalizando ao ano de 2014 com um estoque de 2.053 RDAs, pendentes de análise.

Em 2014, a SEPIN avançou em um importante aspecto para a gestão das renúncias fiscais sob sua responsabilidade. Estabeleceu uma parceria com o Centro de Pesquisa Renato Archer – CTI, baseando-se em sua ampla experiência e expertise, e elaborou um projeto para finalizar o estoque de RDAs pendentes de análise na SEPIN. O objetivo central do projeto é acabar com o estoque e desenhar e implementar um processo automatizado de avaliação dos RDAs, aumentando a rastreabilidade e diminuindo o tempo de avaliação dos RDAs. A previsão de início das análises é para o segundo semestre de 2015 e o projeto terá duração de dois anos para finalizar as análises pendentes.

## **II – Elaboração de Processos Produtivos Básicos (PPBs):**

A SEPIN compartilha a responsabilidade de elaborar Processos Produtivos Básicos com outros órgãos de governo, como o MDIC e Suframa. Por intermédio da elaboração de PPBs pelo GT-PPB, manteve-se o objetivo de incentivar o desenvolvimento de partes, peças e componentes no País, com foco nos componentes semicondutores fabricados no País, visando adensar a cadeia produtiva. Para tal, busca-se incluir nos PPBs a etapa de projeto (*design*) e a de *back-end*, enquanto não são realizadas no País as etapas de fabricação de componentes (*front-end* ou *founndry*).

No ano de 2014, foram publicadas 90 portarias interministeriais fixando ou alterando PPB, sendo 56 delas do setor eletrônico. Para 2015, pretende-se continuar o estabelecimento de medidas que venham a contribuir para o adensamento da cadeia de produtos eletrônicos e o aumento da fabricação nacional de componentes eletrônicos, principalmente semicondutores e *displays*, componentes prioritários e estratégicos integrantes do Plano Brasil Maior.

## **III – Coordenação do Comitê da Área de Tecnologia da Informação – CATI**

O Comitê da Área de Tecnologia da Informação – CATI. O CATI foi criado pelo art. 21 do Decreto nº 3.800, de 20 de abril de 2001, e mantido pelo art. 30 do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, sendo coordenado pelo Secretário de Política de Informática, que representa no comitê o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, exercendo as funções de Secretário-Executivo.

Dentre as suas atribuições o CATI é competente para:

- i) deliberar quanto ao credenciamento e descredenciamento de incubadoras e instituições de Ensino e Pesquisa, para fins de habilitá-las a realizar projetos de P&D em convênio com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei de Informática;

- ii) propor o Plano Plurianual de Investimentos dos recursos destinados ao FNDCT/CT -INFO;
- iii) assessorar a Secretaria-Executiva do FNDCT na análise dos projetos a serem apoiados com os recursos do FNDCT/CT-INFO; e
- iv) assessorar o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação no Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Setor de Tecnologias da Informação - PADSTI, propondo as linhas de investimentos e de fomento dos recursos financeiros (resultantes de glosas de projetos de P&D após a análise dos Relatórios Demonstrativos Anuais – RDAs pela SEPIN) destinados àquele Programa, conforme o disposto nos arts. 10, 35 e 37 do Decreto nº 5.906/2006.

Em 2014, o CATI deliberou quanto ao credenciamento de 10 instituições de Ensino e Pesquisa e de 4 incubadoras de empresas. O comitê realizou uma reunião presencial no mês de outubro daquele ano em que, entre outros pontos, foram debatidos a destinação de recursos do CT-INFO; avaliação de ações em curso, dentre essas a chamada de apoio aos Centros Globais de P&D em TIC, além de avaliar projetos executados em 2013 com recursos do CT-INFO.

#### **IV – Gestão de projetos, editais e chamadas públicas**

Algumas das iniciativas da SEPIN, especialmente as vinculadas ao TI Maior e ao CI-Brasil, envolvem a elaboração de editais e chamadas públicas para o apoio a projetos, atração de empresas e, até mesmo, para a seleção de organizações que colaboram para a gestão ou execução dos projetos.

Assim, um importante macroprocesso de apoio se refere à elaboração e acompanhamento desses editais e seleções, incluindo a sua elaboração, o acompanhamento técnico, orçamentário e financeiro dos projetos, bem como a articulação com as organizações parceiras, que podem tanto colaborar na execução das chamadas, como CNPq e FINEP, quanto serem selecionadas para a execução de projetos, como a SOFTEX nas iniciativas do Brasil + TI e Start-Up Brasil.

#### **V - Elaboração e aprimoramento do marco regulatório:**

A SEPIN participa ativamente das discussões de novas propostas e ajustes ao marco regulatório para o setor de tecnologias da informação e comunicação.

A principal alteração do Marco Regulatório para o setor de TIC do Brasil, no ano de 2014, se deu com a aprovação da Lei nº 13.023, de 08 de agosto de 2014, a qual prorrogou o prazo dos incentivos fiscais da Lei de Informática até dezembro de 2029.

No âmbito do PADIS, foi editada a Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que incluiu as seguintes alterações na Lei nº 11.484, de 31 de maio de 2007, artigos 57 e 58:

- ✓ etapa de "corte" na alínea "c" do inciso I do art. 2º;
- ✓ ampliação dos incentivos do PADIS para insumos e equipamentos dedicados à fabricação de dispositivos semicondutores e displays;
- ✓ aprovação dos projetos do PADIS pelo MCTI e MDIC;
- ✓ possibilidade de redução dos investimentos em P&D de 5% para até 2%.

Ainda com relação ao PADIS, visando regulamentar a Lei nº 12.715, de 2012, e revisar os anexos de bens e insumos, considerando os novos projetos aprovados, foi aprovado o Decreto nº 8.247, de 23 de maio de 2014.

Outra discussão importante que teve continuidade em 2014 e no qual a SEPIN teve importante papel junto ao CGI e outros órgãos de governo se referiu ao Marco Civil da Internet (LEI), que foi aprovado em abril de 2014, no âmbito da NETMundial.

## **VI- Realização e participação em seminários eventos:**

O Secretário de Política de Informática representou o Brasil junto com o Ministério das Relações Exteriores em vários eventos internacionais relativos à formulação das políticas públicas de governança e administração global da Internet. Seguem abaixo os mais relevantes:

- Panel meeting: Independent Commission for the Future for Global Internet Cooperation em Rancho Mirage, Sunnylands, California, nos Estados Unidos.
- 3º World Economic Forum: official gathering of the Panel on Global Internet Cooperation and Governance Mechanisms, em Dubai, Emirados Árabes.
- Seminário organizado pela OCDE. Painel: "Políticas e Governança da Internet" em Paris, França.
- NetMundial, WEF em Genebra, Suíça.
- Internet Governance Forum em Istambul, Turquia.

No ano de 2014 a SEPIN realizou ainda três Seminários com Instituições de Pesquisa e Desenvolvimento e Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica em TICs, credenciados pelo Comitê da Área de Tecnologia da Informação - CATI. O Seminário com os Centros de Pesquisa e Desenvolvimento privados objetivou discutir o papel dessas instituições no contexto da prorrogação dos incentivos fiscais da Lei de Informática. O Seminário com Incubadoras credenciadas pelo CATI objetivou discutir o papel da Lei de Informática como mecanismo de estímulo ao empreendedorismo em TIC. Já o Seminário com os Centros de P&D vinculados ao MCTI, teve como objetivo discutir oportunidades e parcerias na execução de projetos no âmbito da Lei de Informática.

A SEPIN participou também de outros diversos seminários, eventos e missões no exterior, visando à atração de investimentos externos. Participou e apoiou a SBMicro, realizado em Aracaju (SE), e a LatinDisplay, no Rio de Janeiro (RJ). Houve a participação em reuniões entre a empresa Qualcomm e as empresas e centros de projeto de circuitos integrados, em Santa Clara, Califórnia (EUA). Também participou do 1º Seminário da SEMI na América do Sul, em Buenos Aires, Argentina, além do seminário internacional Smart Grid Brasil 2014, em Brasília (DF).

## **2. INFORMAÇÕES SOBRE A GOVERNANÇA**

### **2.1 ESTRUTURA DE GOVERNANÇA**

Não se aplica.

### **2.2 ATUAÇÃO DA AUDITORIA INTERNA**

Não se aplica.

### **2.3 ATIVIDADES DE CORREIÇÃO**

Não se aplica.

### **2.4 AVALIAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DOS CONTROLES INTERNOS**

#### **QUADRO A.2.4 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ**

<b>ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS</b>	<b>VALORES</b>				
<b>Ambiente de Controle</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.				X	
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					X
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.			X		
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.					X
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
<b>Avaliação de Risco</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				X	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				X	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				X	
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.					X
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.			X		
<b>Procedimentos de Controle</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				X	

22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				X	
<b>Informação e Comunicação</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.					X
<b>Monitoramento</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.			X		
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.			X		
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.			X		
<b>Análise Crítica:</b>					
<b>Escala de valores da Avaliação:</b>					
(1) <b>Totalmente inválida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente <b>não observado</b> no contexto da UJ.					
(2) <b>Parcialmente inválida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é <b>parcialmente observado</b> no contexto da UJ, porém, <b>em sua minoria</b> .					
(3) <b>Neutra:</b> Significa que <b>não há como avaliar</b> se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.					
(4) <b>Parcialmente válida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é <b>parcialmente observado</b> no contexto da UJ, porém, <b>em sua maioria</b> .					
(5) <b>Totalmente válido.</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente <b>observado</b> no contexto da UJ.					

## 2.5 REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

Não se aplica.

## 3. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

A Secretaria de Política de Informática mantém relacionamento contínuo com órgãos governamentais, empresas e instituições de ensino, pesquisa e desenvolvimento envolvidos no ecossistema nacional de tecnologia da informação e comunicação.

Alguns projetos a cargo da SEPIN demandam atenção especial no contato com parceiros ou pessoas interessadas.

A gestão das renúncias fiscais costuma gerar demandas das associações de empresas vinculadas ao setor, com quem a SEPIN busca se relacionar de forma transparente e aberta.

No caso do Certificação de Tecnologia Nacional em Tecnologias da Informação e Comunicação – CERTICS, a implementação da metodologia é realizada por meio de uma rede de entidades certificadoras que interagem diretamente com as empresas do setor em coordenação com o Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer.

Para o projeto de incentivo de empreendedorismo de base tecnológica – Start-up Brasil – é mobilizada uma equipe especializada, incluindo servidores da SEPIN, consultores e mentores especializados, para tratar dos assuntos de interesse dos participantes dos projetos, parceiros e empreendedores.

No projeto de capacitação em TI – Brasil Mais TI – as demandas por informação e a divulgação das atividades ocorrem diretamente com a Secretaria ou por meio dos colaboradores do projeto.

No que se refere ao tema de governança da internet, a SEPIN tem bastante contato com a sociedade civil organizada, além de acadêmicos e empresários com atuação no setor, tendo em vista que todos esses setores estão representados no Comitê Gestor da Internet.

Ademais, a equipe da SEPIN, quando requerida, mantém interlocução com o público em geral, seja pelo contato direto (por e-mail, telefone ou pessoalmente), seja por meio das ouvidorias do MCTI e de outros órgãos públicos.

#### 4. AMBIENTE DE ATUAÇÃO

A SEPIN tem como atribuição essencial formular, implementar e acompanhar políticas públicas e ações voltadas para o setor de Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) no Brasil. Sua área de atuação envolve um setor industrial altamente inovador, dinâmico e complexo que traz desafios significativos para a formulação das políticas públicas. O público beneficiário dessas políticas dispõe de capacitação e formação de alto nível tecnológico e requer medidas que fortaleçam ainda mais suas capacidades e o potencial do setor. Além disso, as políticas desenvolvidas pela Secretaria são transversais e estruturantes e envolvem necessariamente vários órgãos governamentais, requerendo uma alta capacidade da SEPIN em articular e negociar posições na esfera governamental que levem em conta a importância dos investimentos em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação para o setor.

Ademais, a política de renúncias tributárias, com foco no setor de TIC, que tem como instrumentos as Leis nºs 8.248/91 (Lei de Informática) e 11.484/2007 (PADIS e PATVD) alcançam um grande número de empresas, somando um valor significativo de renúncias fiscais e envolvendo um investimento em P&D como contrapartida substancial para o setor. Em decorrência, a gestão dessa política, incluindo tanto a habilitação das empresas, quanto o acompanhamento dos investimentos em P&D, trazem grandes desafios operacionais e de fiscalização para a SEPIN.

Essas atribuições objetivam fortalecer a capacitação tecnológica do setor, a geração de empregos com qualificação superior, a criação de oportunidades de avanço tecnológico para a indústria local e o aumento das atividades de pesquisa e desenvolvimento no segmento industrial das TICs no País.

Em software e serviços de TI, a SEPIN desenvolve ações para estimular a produção local, tanto para ganhos de competitividade interna quanto para inserção efetiva no mercado internacional. O Programa TI Maior objetiva ampliar a indústria de base tecnológica brasileira, tanto na produção industrial como nas atividades de PD&I, incluindo atividades de cooperação com o governo federal em prol de investimentos com base na Lei do Bem e na Lei de Informática.

Em semicondutores e microeletrônica, a política adotada visa à implantação plena desta indústria no País, em bases competitivas internacionalmente e com impacto na economia nacional, procurando replicar no Brasil a importância que esse setor tem assumido em outros países com mais expressão no contexto da sociedade digital.

Nesses segmentos, o grande desafio que se coloca ao País e para as políticas públicas que precisam ser implementadas se referem à velocidade e dinamismo característicos e que podem

gerar um descompasso entre a formulação e a implementação efetiva de medidas governamentais e as necessidades do setor.

Nesse sentido, percebem-se que têm surgido inúmeras novas tecnologias e questões estratégicas que requerem a atuação governamental no setor de TICs, como governança da internet, computação em nuvem, internet das coisas e segurança cibernética. A SEPIN tem identificado todas essas demandas da sociedade e do setor e tem buscado propor políticas e programas que respondam adequadamente a essas necessidades, de forma inovadora e responsiva, considerando os limites burocráticos e administrativos que enfrenta.

## **Ameaças e Oportunidades**

A SEPIN/MCTI tem percebido Ameaças e Oportunidades em sua área de atuação que merecem uma reflexão cuidadosa e uma eventual articulação com diferentes entidades governamentais ou mesmo instituições privadas.

Uma grande ameaça à política de incentivos para o setor brasileiro de TIC advém do plano externo, decorrente de pleito formulado em 2014 pela União Europeia (UE), junto à Organização Mundial de Comércio – OMC, para a abertura de um Painel em que a UE alega que a legislação brasileira de incentivos para esse setor fere regras da OMC. Para mitigar essa ameaça a SEPIN/MCTI vem trabalhando em conjunto com o MRE e tem contado com o apoio do setor privado organizado.

Outras dificuldades para a atuação da SEPIN advém do plano interno. O primeiro se refere à estrutura administrativa excessivamente enxuta da Secretaria quando consideradas as inúmeras atribuições e a complexidade do setor em que opera. Aliada a essa restrita estrutura de cargos e funções gratificadas, verifica-se um número bastante restrito de servidores da carreira de Ciência e Tecnologia alocado na SEPIN, o que também afeta a sua atuação.

O segundo ponto se refere ao baixo orçamento de que dispõe a Secretaria, tanto para as atividades de gestão dos projetos, que envolvem geralmente parcerias com Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, como para o fomento de projetos de PD&I para o setor.

Como oportunidades o setor de TIC no Brasil terá a opção de participar de encomendas tecnológicas no contexto do poder de compras do Governo em grandes programas nacionais em áreas estratégicas (Petróleo e Gás, Energia, Saúde, Defesa e Logística).

A SEPIN/MCTI está desenvolvendo uma agenda que contém propostas de ações e medidas que podem contribuir para o País avançar em áreas como o Governo Eletrônico, Inclusão Digital e Segurança Cibernética; além de melhorar as oportunidades para incentivar a capacitação e domínio de tecnologias emergentes que vêm ganhando destaque no cenário internacional (como por exemplo, a Internet das Coisas, Computação em Nuvem, Manufatura Avançada, dentre outras).

## **5. PLANEJAMENTO E RESULTADOS ALCANÇADOS**

### **5.1. PLANEJAMENTO DAS AÇÕES DA UNIDADE JURISDICIONADA**

A Secretaria de Política de Informática, reformulou seu Planejamento Estratégico em 2014, com validade até 2016, com o objetivo de estabelecer projetos, fixar metas e aperfeiçoar seus indicadores de gestão.

A SEPIN tem aproveitado esse trabalho para refletir sobre seu papel, metas institucionais, planejamento de médio e longo prazo e avaliação dos fatores que influenciam a sua atuação estratégica.

A realização do Planejamento Estratégico da UJ vem sendo conduzida em parceria com a Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), fundação vinculada ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), e que envolveu uma série de oficinas de planejamento, ocorridas em 2014, com a participação de colaboradores de diversas áreas e interessados em sua elaboração.

O trabalho teve como premissa a construção coletiva de uma proposta de gestão estratégica para a Secretaria de Política de Informática, por meio de discussões abrangendo: i) Missão da SEPIN; ii) Visão de Futuro da SEPIN; iii) Objetivos estratégicos e Mapa Estratégico; iv) Painel de gestão (indicadores e metas); e v) Programas e projetos estratégicos da Secretaria.

O Mapa Estratégico da SEPIN (anexo I) é uma ferramenta que apresenta, de forma lógica e estruturada, a estratégia da instituição, e foi elaborado após um processo de debates intensos com ampla participação de todas as lideranças e colaboradores. Sua maior virtude é proporcionar o alinhamento entre os diversos objetivos estratégicos, traduzindo de forma visual e direta a estratégia adotada.

## 5.2 PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA E RESULTADOS ALCANÇADOS

### 5.2.1 Programa Temático

Não se aplica

### 5.2.2 Objetivo

**QUADRO A.5.2.2 – Objetivo fixado pelo PPA 0486**

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO			
<b>Descrição</b>	Promover a pesquisa, o desenvolvimento e a inovação em Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) e Microeletrônica.		
<b>Código</b>	0486	<b>Órgão</b>	24000 – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
<b>Programa</b>	Ciência, Tecnologia e Inovação	<b>Código</b>	2021

METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2014	c)Realizada até 2014	d)% Realização (c/a)
Objetivo não possui metas com esta classificação.						

METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2014	c)Realizada até 2014	d)% Realização (c/a)
Objetivo não possui metas com esta classificação.						

0

METAS QUALITATIVAS	
Sequencial	Descrição da Meta
1	Apoiar a implantação de 2 laboratórios-fábrica na área de semicondutores orgânicos e componentes avançados
2	Constituir, no país, 4 Design Houses (DHs) nacionais, com pelo menos 500 projetistas no total

3	Desenvolver e fortalecer competências e habilidades para o setor de TIC em pelo menos 35.000 profissionais
---	--

#### QUADRO A.5.2.2 – Objetivo fixado pelo PPA 0853

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO			
<b>Descrição</b>	Incentivar a implantação de indústrias competitivas de componentes e equipamentos eletrônicos, com ênfase no desenvolvimento local, e promover a produção de software, conteúdos digitais interativos e serviços de TI, para posicionar o País como exportador relevante do setor.		
<b>Código</b>	0853	<b>Órgão</b>	24000 – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
<b>Programa</b>	Desenvolvimento Produtivo	<b>Código</b>	2055

METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2014	c)Realizada até 2014	d)% Realização (c/a)
Objetivo não possui metas com esta classificação.						

METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2014	c)Realizada até 2014	d)% Realização (c/a)
Objetivo não possui metas com esta classificação.						

METAS QUALITATIVAS	
Sequencial	Descrição da Meta
1	Investir R\$ 1 bilhão de reais em nova capacidade instalada em componentes eletrônicos

### 5.2.3 Ações

#### QUADRO A.5.2.3.1 – Ações – Orçamento Fiscal e da Seguridade Social

Identificação da Ação			
<b>Código</b>	20UT	<b>Tipo</b> Atividade	
<b>Título</b>	Estímulo a Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Tecnologias da Informação e Comunicação.		
<b>Iniciativa</b>	01MN - Promoção do desenvolvimento de bens e serviços de TIC para aplicações avançadas em áreas estratégicas		
<b>Objetivo</b>	Promover a pesquisa, o desenvolvimento e a inovação em Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) e Microeletrônica. <b>Código: 0486</b>		
<b>Programa</b>	Ciência, Tecnologia e Inovação	<b>Código: 2021</b>	<b>Tipo:</b> Temático
<b>Unidade Orçamentária</b>	240116 – Secretaria de Política de Informática		
<b>Ação Prioritária</b>	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não    Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras		
<b>Lei Orçamentária 2014</b>			
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>			

Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
2.995.706	2.995.706	2.370.098	2.020.148	2.020.148	0	349.950
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
<b>Projeto Apoiado</b>			<b>Unidade</b>	<b>7</b>	<b>0</b>	<b>9</b>
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
1.790.500	78.500	0	Projeto Apoiado	Unidade		

Fonte: SIOP – SEPIN/MCTI – fevereiro/2015

### 5.3 RESULTADOS GERADOS PELA GESTÃO

Informações sobre outros resultados gerados pela gestão, contextualizando tais resultados em relação aos objetivos estratégicos da unidade jurisdicionada.

#### 5.3.1 Ações realizadas pela Secretaria

Conforme demonstrando ao longo do Relatório, a SEPIN fez avanços e desenvolveu importantes projetos e programas em 2014. Além da execução do recursos disponíveis no Orçamento Geral da União, a SEPIN contou com recursos do FNDCT, especificamente do CT-Infomática, para desempenhar suas ações, e ainda com recursos dos Programas Prioritários de Infomática Infomática – PPI, conforme a seguinte descrição:

PROJETOS E VALORES APOIADOS COM RECURSOS FNDCT E PPI		
FONTE	PROJETO	VALOR (R\$)
FNDCT – CT-INFO	2ª Edição do Programa Start-Up Brasil (2014-15) - Edital de apoio à P,D&I em empresas emergentes – Start-Up	1.230.000,00
FNDCT – Transversal	Ampliação do Sistema Nacional de Processamento de Alto Desempenho	59.140.000,00
PPI	P,D&I na Industria Brasileira em Defesa Cibernética	5.648.370,00

Em resumo, citamos os principais resultados alcançados no ano de 2014:

PROJETO	META	REALIZADO EM 2014
Start-Up Brasil	Acelerar 150 startups até 2014	183 startups na 1ª e 2ª edições
	Investimento de R\$ 40 milhões até 2014	Investimentos comprometidos na 1ª e 2ª primeira e segunda na ordem de R\$30 milhões sendo que mais R\$10 milhões

		previstos para o ano de 2015.
CERTICS	Implementar a certificação de tecnologia nacional para software e serviços de TI em 2013	Em dezembro de 2014 existiam 51 propostas em análise e 15 certificações emitidas.
Ecosistemas Digitais	Ampliar investimento em PD&I em software para setores estratégicos da economia até 2015	Projeto Ciberdefesa em conjunto com o Ministério da Defesa. Negociações junto a União Europeia para o apoio a projetos de PD&I em áreas estratégicas de computação em nuvem, redes/plataformas experimentais e computação de alto desempenho.
Inteligência de mercado	Estruturar conjunto de informações estratégicas sobre dados de inteligência de mercado e prospecção tecnológica para os 12 ecossistemas digitais	Contratado 01 estudo contratado para o ecossistema de TI no esporte e eventos desportivos.
Brasil mais TI	Capacitar 50.000 novos profissionais até 2015	Total de capacitações realizadas até dez 2014 (que teve início em 2013) 257 mil capacitações e 134 mil indivíduos inscritos na plataforma.
Centros globais de P&D	Apoiar a fixação de quatro centros globais de P&D no Brasil na área de software e serviços de TI, com investimento de R\$ 15 milhões.	Não houve novo edital para o ano de 2014 por falta de recursos. Foi realizado evento de acompanhamento das atividades das empresas apoiadas no edital de 2013 e planejamento de ações de avaliação para o ano de 2015, incluindo os Centros com vínculo com o MCTI, quais sejam: IBM, Intel, CPqD, Freescale, ITV-Vale, Microsoft, SAP, EMC2, Huawei e Baidu.
CI Brasil	<ul style="list-style-type: none"> <li>* Criar e implantar no País centros e empresas de projeto de circuitos integrados;</li> <li>* Formar e capacitar projetistas de circuitos integrados e</li> <li>* Disponibilizar para a indústria nacional e internacional a tecnologia e a capacitação para a realização de projeto de circuitos integrados dedicados no País que pudessem ser incorporados em seus produtos, agregando inovação, novas funcionalidades e ampliando a competitividade desses produtos.</li> </ul>	No final de 2014 estavam em operação no País 25 centros e empresas de projeto de circuitos integrados, com mais de 700 projetistas, mais de 50 projetos de circuitos integrados desenvolvidos e fabricados e 3 centros de treinamentos de projetistas de circuitos integrados, localizados em Porto Alegre (RS), Campinas (SP) e São Paulo(SP) e um quarto em gestação em Belo Horizonte (MG). Até dezembro de 2014 foram treinados 726 projetistas nos três Centros de Treinamento (CT1, CT2 e CT3). Mais de 40 instituições de ensino e centros de pesquisa receberam recursos do MCTI e da Lei de Informática para equiparem seus cursos de graduação e pós-graduação com aquisição de licenças EDA ( <i>eletronic design automation</i> ) utilizadas no projeto de circuitos integrados, beneficiando mais de 4.500 alunos. Foram concedidas 103 bolsas de mestrado, 23 de doutorado e 976 para projetistas nos centros de treinamento.
Data Centers	Instalação de 2 Data Centers	Os dois Data Centers recebidos da empresa Huawei foram instalados em

		Recife (1,0PB) e Manaus (0,5PB), totalizando 1,5PB.
Centro petaflópico de computação de alto-desempenho	Aquisição de computador de alta performance	Ao longo de 2014, deu-se continuidade à negociação junto à empresa francesa BULL de um projeto de supercomputação que culminou na aquisição de computadores de alta performance - aprox. 1,1 Petaflops de capacidade com 2,5 Petabytes de armazenamento e arquitetura híbrida. Haverá ainda a transferência de tecnologia da França para o Brasil com Centro de Pesquisa e de Aplicações da BULL no Brasil. O supercomputador será instalado no LNCC e será inaugurado em 2015.

Além desses resultados importantes, citamos os Termos de Parceria, Termos de Cooperação e Contratos de Gestão que foram formalizados ou acompanhados em 2014:

### **Termo de Parceria**

**Instituição:** Associação para Promoção da Excelência do Software Brasileiro - SOFTEX

**Objeto:** Recursos financeiros para Seleção de Projeto Técnico a serem apresentados por Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, com vistas à atuação no Programa TI Maior, submetido no “Edital 001/2014 – Programa Star-UP Brasil”.

**Objetivo:** A Chamada MCTI/SEPIN/CNPq nº 001/2014 – **Programa Start-UP Brasil** – É um Programa de execução de ações em prol da promoção comercial, inteligência de mercado, promoção do empreendedorismo e inovação das empresas do setor de TICs nascentes”.

**Resultados:** Resultam deste termo de parceria, a execução das atividades de apoio à gestão do Programa Start-Up Brasil (tais como contratação de avaliadores, visitas técnicas às aceleradoras, apoio a eventos etc.) e de outras atividades relativas a estudos e ações de dinamização do ecossistema do setor de TICs considerada no âmbito do Programa TI Maior. Dado que os recursos foram repassados tardiamente no ano de 2014, os resultados só poderão ser verificados no ano de 2015. Aferidos destas atividades estarão em contratação no ano de 2015 ao acompanhamento

### **Termo de Parceria**

**Instituição:** Associação para Promoção da Excelência do Software Brasileiro - SOFTEX

**Objeto:** Celebração de Termo de Parceria Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP para gestão executiva do Programa Brasil Mais TI – segunda fase, “Edital SEPIN 001/2013”.

**Objetivo:** Oferta para jovens e outros interessados, de trilhas de formação em competências fundamentais na área de tecnologia da informação em um ambiente de *e-learning* massivo.

**Resultados:** Em 2014 foi superada a meta de capacitar 10 mil novos alunos. Houve ampliação dos cursos oferecidos, com destaque para a inclusão do curso de inglês, inclusão de novas ferramentas e ampliação de parcerias com empresas do setor de TI. O Programa está iniciando sua terceira fase em 2015 (próximo termo de parceria) e a plataforma reúne atualmente mais de 120 mil usuários cadastrados e 230 mil cursos concluídos.

### **Termo de Parceria**

**Instituição:** Associação para Promoção da Excelência do Software Brasileiro - SOFTEX

**Objeto:** Celebração de Termo de Parceria Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP para gestão executiva do Programa Brasil Mais TI, - terceira fase “Edital SEPIN 002/2014”

**Objetivo:** Dar suporte a formação de recursos humanos em software e serviços de tecnologia da informação em nível técnico e tecnológico, integrando a área de educação tecnológica, o mercado e o governo, de modo a estimular o setor por meio da ampliação da base de mão de obra, bem como reforçar uma maior capacitação dos profissionais da área de TI. Trata-se de um Programa dentro do contexto do Programa Estratégico TI Maior e que hoje conta com a parceria do Ministério da Educação - MEC

**Resultados:** Esta ação dá sequência ao Programa Brasil Mais TI em sua terceira fase. Dado que os recursos financeiros foram descentralizados no final de 2014, as ações deste programa serão executadas no decorrer do ano de 2015. Como resultados esperados estão: ampliação no número de jovens e indivíduos ativos na plataforma, ampliação das parcerias para a inserção de novos conteúdos (novos cursos) tornando as trilhas de conhecimento mais robustas a adicionando-se complementos.

### **Termo de Cooperação**

**Instituição:** Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq

**Objeto:** Apoio a realização do Projeto “MMS 2014 e WSIC Design and Fabrication”.

**Objetivo:** Consolidar a capacitação tecnológica do País para o desenvolvimento de softwares, componentes semicondutores, displays e outros dispositivos e serviços de TIC orientados para as áreas estratégicas nacionais. No MMS 2014(Wold Micromachine Summit) os participantes poderão trocar informações sobre o estado da arte atual sobre técnicas de integração de sistemas micro e nanotecnológicos, providenciando uma rede de contatos com empresários, acadêmicos e agências de governo e provedores de serviços com foco em micro e nanosistemas integrados, possibilitando uma oportunidade para troca de conhecimentos e experiências sobre programas e instalações com foco micro e nanofabricação nos vários países. Já o “WSIC Design and Fabrication”, reunirá as principais empresas de design de circuitos integrados no Brasil, com objetivo de discutir as melhores práticas de gestão de projetos, incluindo novas considerações demandadas em novas tecnologias de até 40 nm.

**Resultados:** Promover a qualificação de recursos humanos, incentivos para o desenvolvimento da mesma no País e promover articulações e iniciativas para a inovação nos setores estratégicos como Software e Microeletrônica. Permitindo a troca de experiências e divulgação de trabalhos, promovendo a integração na Academia estando assim alinhado com os objetivos do Plano TI Maior.

### **Termo de Cooperação**

**Instituição:** Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer – CTI

**Objeto:** Apoio ao “Programa de Complementação à Capacitação Institucional em Tecnologia da Informação (PCI-CTI)”.

**Objetivo:** Fortalecer as ações do CTI no cumprimento dos seus objetivos estratégicos, junto a seus beneficiários, através do desenvolvimento de projetos de pesquisa e desenvolvimento tecnológicos, permitindo a introdução de inovações em software, hardware, componentes eletrônicos, materiais, produtos, métodos e processos e a ampliação da capacitação do seu Sistema Tecnológico em tecnologias-chave.

**Resultados:** Dar à continuidade as pesquisas realizadas no Programa CTI-PCI, no desenvolvimento de técnicas avançadas de qualificação e análise de software e tecnologias avançadas em software aberto (SPB); no desenvolvimento de tecnologias avançadas em segurança de sistema de

informação; no desenvolvimento de software para sistemas distribuídos; e o desenho, implementação e avaliação de políticas públicas para o setor de tecnologias da informação e comunicação (TICs).

### **Termo de Cooperação**

**Instituição:** Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq

**Objeto:** Apoio a realização do “15º Fórum Internacional de Software Livre – FISL 15

**Objetivo:** Reunir as comunidades nacional e internacional, interessadas em desenvolvimento e aplicação de software livre e de código. Aberto para o compartilhamento de novas experiências, conhecimento, de modo a estimular o seu uso crescente, o aprimoramento de tecnologias, a difusão da filosofia do compartilhamento e da criação colaborativa, bem como fomentar um modelo de negócios alternativo com fortes características distributivas de serviços, bens e riquezas para a sociedade.

**Resultados:** Intercâmbio de experiências entre as diversas iniciativas promovidas e estimuladas; uso de desenvolvimento de software livre e de código aberto, com uma nova organização econômica, com custos reduzidos de alto valor agregado; políticas públicas do governo federal, estadual e municipal de adoção de software livre e de código aberto fortalecidos; uso de software livre e de código aberto, como base de programas de inclusão digital; adoção de negócios em tecnologia da informação baseado em software livre.

### **Termo de Cooperação**

**Instituição:** Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

**Objeto:** Apoio ao 3º Seminário dos Grandes Desafios da Computação

**Objetivo:** Promoção de redes de colaboração temáticas em função de problemas reais que envolvam os diferentes segmentos: Indústria, Governo e Academia.

**Resultados:** Promover redes de colaboração temáticas em função de problemas reais que envolvam os diferentes segmentos: Governo, Indústria e Academia. Para isso, através de uma chamada de trabalhos, deseja-se identificar parcerias possíveis ou já existentes entre academia-governo-indústria, dentro do contexto dos grandes desafios da computação destacados pela Sociedade Brasileira de Computação (SBC) nos seguintes domínios de aplicação: Sistema Bancário/Financeiro, Petróleo e Energia, Defesa Cibernética, Saúde e Educação. O evento é uma iniciativa pioneira em Computação no país, no sentido de planejar e direcionar a pesquisa em Computação. O impacto positivo desta iniciativa tem sido bastante significativo, pois permitiu identificar grandes temas de pesquisa para o período de uma década, lançar editais de fomento à pesquisa, direcionados para os temas e, permitir a aproximação da indústria no sentido de tornar projetos de pesquisa em produtos inovadores para o mercado.

### **Termo de Cooperação**

**Instituição:** Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq

**Objeto:** Apoio a organização do “XXXIV Congresso da Sociedade Brasileira de Computação (CSBC 2014)”, sob a organização do Departamento de Ciência de Computação (CIC) da Universidade de Brasília (UNB).

**Objetivo:** O evento “XXXIV Congresso da Sociedade Brasileira de Computação – CSBC 2014”, é uma promoção da Sociedade Brasileira de Computação (SBC) sob a organização do Departamento de Computação (CIC), da Universidade de Brasília (UNB) e tem entre seus objetivos divulgar a comunidade acadêmica-científica as políticas de fomento e apoio na área de TICs da SEPIN/MCTI.

**Resultados:** O “XXXIV Congresso da Sociedade Brasileira de Computação – CSBC 2014” é um evento relevante que ao longo dos últimos 33 anos, têm permitido o encontro dos setores acadêmicos, governamentais e da indústria, para discutir o estado da arte e as tendências da Computação no Brasil, o mesmo se justifica, principalmente, por permitir a troca de experiências e divulgação de trabalhos, trazendo à tona temas atuais na área de Tecnologia da Informação e Comunicação (TICs), colaborando assim com os esforços nacionais para promover o desenvolvimento e consolidação de novas tecnologias no Brasil, promovendo a integração entre Academia, Empresas e governos, e ainda estar alinhado com os objetivos do TI Maior.

### **Termo de Cooperação**

**Instituição:** Instituto Federal Catarinense - IFC

**Objeto:** Apoio a organização do “XIII Simpósio Brasileiro de Qualidade de Software”.

**Objetivo:** O Simpósio Brasileiro de Qualidade de Software (SBQS 2014) tem como objetivo reunir pesquisadores, profissionais, empresários, professores e estudantes de diversas áreas, interessados em questões relativas à qualidade de software, em um evento de divulgação e troca de experiências.

**Resultados:** O Simpósio SBQS é um evento relevante e se justifica, principalmente, por permitir a troca de experiências e divulgação de trabalhos, favorecendo o intercâmbio de informações entre pesquisadores nacionais e estrangeiros de renome, e entre a indústria e usuários, sobre o estado atual e tendências, em termos de métodos, técnicas, ferramentas de software e experiências práticas da área de Qualidade de Software, promovendo a integração entre Universidade-Empresa, estando assim alinhado com os objetivos do TI Maior.

### **a) Contrato de Gestão**

**Instituição:** Rede Nacional de Ensino e Pesquisa – RNP

**Objeto:** Aditivo ao contrato de gestão da RNP para apoio ao projeto de capacitação de jovens em tecnologia da informação por meio da plataforma Brasil Mais TI.

**Objetivo:** Capacitar indivíduos com potencial a serem futuros profissionais ou empreendedores do setor de tecnologia da informação em linguagens de programação, analistas em segurança da informação, administração de rede, administração de banco de dados, ou qualquer outra tecnologia com relevância de contratação imediata, conforme as demandas regionais elencadas por empresas do setor. Além disso, manter a prestação de serviços da plataforma no mesmo nível e avaliar a evolução dela para outra arquitetura.

Foram propostos os seguintes objetivos específicos:

1. Estudos das trilhas de conhecimento para formação.
2. Criação e validação do material escrito.
3. Criação e validação do material de áudio e vídeo.
4. Análise de implantação de nova arquitetura para a plataforma Brasil Mais TI.
5. Avaliação para manutenção da plataforma e da infraestrutura

**Resultado:** DESCRIÇÃO DOS PRINCIPAIS PROJETOS REALIZADOS (Fonte: Relatório de Gestão RNP 2014)

### **Capacitação em TICs**

Tem por objetivo preparar o corpo técnico das organizações usuárias da RNP para o exercício de competências aplicáveis ao uso eficaz e eficiente das TICs nas seguintes áreas temáticas: administração de sistemas, administração e projetos de redes, segurança, mídias de suporte à colaboração digital, e governança de Tecnologia da Informação (TI).

### **Centros de Dados Compartilhados**

O programa Centros de Dados Compartilhados (CDC) consiste na realização de estudo preliminar, no desenvolvimento de modelos e cenários, e na pesquisa e implantação da infraestrutura dos CDCs, visando oferecer serviços de armazenamento, processamento e distribuição de *software* para as instituições de ensino e pesquisa no Brasil.

### **Conexão de Clientes**

A iniciativa estratégica Conexão de Clientes tem como meta prover conectividade às instituições clientes da RNP à rede Ipê, na capacidade adequada às necessidades e expectativas dessas organizações.

### **CTIC**

O Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Tecnologias Digitais para Informação e Comunicação (CTIC) existe para fomentar a pesquisa e o desenvolvimento ligados a áreas estratégicas para o Brasil.

### **Distribuição de Conteúdos Digitais**

O programa Distribuição de Conteúdos Digitais (DCD) é, atualmente, composto por projetos que atendem as TV e rádios das universidades federais, as TVs e rádios públicas da Empresa Brasil de Comunicação EBC/TV Brasil e suas associadas, por meio do intercâmbio de conteúdos digitais compartilhados e distribuídos em rede.

### **Gestão do Portfólio de Serviços**

A iniciativa estratégica Gestão do Portfólio de Serviços objetiva desenvolver e gerenciar, estrategicamente, o portfólio e o ciclo de vida dos serviços da RNP, atendendo ou antecipando as necessidades e expectativas de seus clientes e alinhando-as às tendências e inovações tecnológicas.

### **Infraestrutura do Aquarius**

O objetivo do piloto Suporte ao Aquarius é apoiar o MCTI no processo de modernização de sua gestão estratégica, visando garantir maior transparência e melhores resultados aos investimentos públicos em CT&I.

### **Inmetro**

O objetivo do projeto é integrar o Inmetro à RNP, permitindo a ampliação do Sistema Nacional de CT&I nos aspectos relacionados às diversas áreas da metrologia, apoiando o Inmetro na capacitação, formação e treinamento de pessoal, e na difusão da cultura metrológica, e cooperando para o desenvolvimento de pesquisas em áreas de seu interesse, baseadas no uso inovador de redes.

### **Internet Avançada**

A iniciativa estratégica Internet Avançada desenvolve atividades de prospecção tecnológica, visando produzir conhecimentos e resultados experimentais que sirvam de base para o planejamento das próximas gerações da rede Ipê. O escopo do trabalho está dividido em quatro temas: comunidades de usuários e as demandas de suas aplicações, infraestrutura, arquitetura e tecnologias de redes, e suporte para aplicações de usuários.

### **Internet do Futuro**

A Internet do Futuro (IF) resume uma tentativa, em frente ampla, de procurar novos rumos tecnológicos para a Internet de hoje, que sofre de diversas limitações oriundas de sua arquitetura básica, já com mais de 30 anos. Esta busca se intensificou a partir de 2005 e envolve pesquisadores em vários países, inclusive no Brasil. No âmbito da iniciativa, a RNP vem atuando no Geni, programa criado em 2005 pela National Science Foundation (NSF), dos Estados Unidos; no projeto WebScience, do programa Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia (INCT), do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), em seu subprojeto Arquiteturas de IF, e no projeto Experimentação no Futuro da Internet entre Brasil e Europa (Fibre), em consórcio com nove instituições brasileiras, cinco europeias e uma australiana.

### **Rede Ipê**

O objetivo da iniciativa estratégica Nova rede Ipê foi implantar a sexta geração da rede acadêmica nacional de alto desempenho, baseada em enlaces de múltiplos *gigabits*, inicialmente nas capacidades de 3 Gb/s e 10 Gb/s. O alcance dos resultados foi viabilizado graças à parceria com a empresa de telecomunicações Oi e a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). Esta parceria foi concretizada a partir dos termos de contrapartida da anuência da Anatel, estabelecida no final de

2008 para o processo de aquisição da Brasil Telecom pela Oi, entre eles a cessão de capacidade de transmissão em fibra óptica para uso não comercial pela RNP.

### **Programa de Excelência dos PoPs**

A iniciativa tem por objetivo promover o desenvolvimento do grau de excelência dos Pontos de Presença (PoPs) da RNP na manutenção e operação dos ativos de TICs que compõem a presença da RNP nos estados e no Distrito Federal. Contribuindo para assegurar uma alta disponibilidade da rede, o programa tem como principal instrumento um plano de trabalho elaborado por cada PoP, em conjunto com sua instituição-abrigo e a RNP.

### **Programa GT-RNP**

O objetivo do Programa Grupos de Trabalho da RNP (GT-RNP) é promover a criação de projetos colaborativos entre a RNP e grupos de pesquisa nacionais, para demonstrar a viabilidade de uso de novos protocolos, serviços e aplicações de redes de computadores. Cada Grupo de Trabalho (GT) desenvolve um projeto específico, visando à proposta e criação de pilotos de serviços que serão avaliados e, eventualmente, oferecidos aos usuários da RNP.

### **Redecomep**

A iniciativa estratégica Redecomep tem como meta implantar redes de alta velocidade nas regiões metropolitanas do país servidas pelos PoPs da RNP e em cidades do interior com duas ou mais instituições públicas de ensino e pesquisa. O modelo adotado baseia-se na implantação de uma infraestrutura própria de fibras ópticas e na formação de consórcios entre as instituições participantes, de forma a assegurar sua autossustentação.

### **Relacionamento com Diretores de TI das Organizações Usuárias da RNP**

As ações de gestão da comunidade de Diretores de TI das Organizações Usuárias da RNP intensificam o relacionamento com seus grupos representativos – Colégio de Gestores de TIC (CGTIC), da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Educação Superior (Andifes); Fórum de Gestores de TI, dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (Forti); e Secretaria de Educação Superior (Sesu), do Ministério da Educação (MEC) –, buscando assegurar um melhor entendimento e atendimento das necessidades e expectativas das instituições clientes da RNP. 18

### **Rute**

A iniciativa estratégica Rede Universitária de Telemedicina (Rute), do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), faz parte das iniciativas brasileiras em telemedicina que oferecem, à comunidade de profissionais e instituições de saúde, serviços de videoconferência, diagnósticos e segunda opinião formativa, educação contínua e permanente, e *webconferência*, interconectando hospitais universitários e de ensino via RNP. Prevê-se, ainda, a melhoria no atendimento das populações das regiões mais carentes e sem atendimento médico especializado.

### **Soluções Digitais para Cultura**

A iniciativa Soluções Digitais para Cultura (SDC) visa atender às necessidades do Ministério da Cultura (MinC) e de outros órgãos públicos com interesse em arte, cultura e tecnologia, dispondo de conhecimento técnico e metodológico para conceber, desenvolver e integrar soluções inovadoras em ou com uso intensivo de TICs. Sua estruturação foi motivada pela integração do MinC ao Programa Interministerial RNP e pelos desafios que trazem o Plano Nacional da Cultura (PNC), ao apresentar o Cenário da Cultura em 2020 a partir das três dimensões da cultura (simbólica, cidadã e econômica), da gestão das políticas culturais e da participação social. Como resultados desta iniciativa, esperam-se ações que permitam conectar a comunidade da cultura à rede acadêmica brasileira, incentivando o uso inovador de redes na produção e na disseminação de conteúdos culturais.

### **Soluções Digitais para Educação**

O programa Soluções Digitais para Educação (SDE) foi criado no final de 2007 para atender às necessidades do MEC e, posteriormente, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e de outros órgãos públicos com interesse em educação. Dispõe de conhecimento técnico e metodológico para conceber, desenvolver e integrar soluções inovadoras em ou com uso intensivo de TICs.

## **Soluções Digitais para Saúde**

O programa Soluções Digitais para Saúde (SDS) surgiu em decorrência das ações de cooperação entre MCTI, MEC e Ministério da Saúde (MS). O objetivo é oferecer serviços de tecnologia de redes, inovação e educação com mais dinamismo, abrangência e melhores resultados no atendimento público de saúde. Uma das motivações para a criação desta iniciativa foi o projeto Rute, lançado em abril de 2006 para atender a uma demanda do MCTI de apoiar a pesquisa e a educação na área de telemedicina. Rute, que conta com o apoio da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e da Associação Brasileira de Hospitais Universitários (Abrahue), permite a interconexão dos hospitais universitários para troca de informações médicas, estudo de casos, consultas por videoconferência, diagnósticos e cursos de capacitação médica à distância. A iniciativa SDS apoia a implantação e a expansão do Programa Nacional de Telessaúde Aplicado à Atenção Primária, o Telessaúde Brasil Redes. 19

## **Suporte ao Cidades Digitais**

O objetivo do projeto Cidades Digitais é contribuir para a formação de uma cultura digital na sociedade brasileira. Para tanto, pretende-se aperfeiçoar os instrumentos de gestão, dotando as prefeituras de aplicativos e de ferramentas que permitam a transparência e a participação da sociedade civil, viabilizando a criação de uma rede digital aberta voltada para a troca de experiências e de conteúdos entre níveis de governo e entre o governo e a sociedade, de modo a estabelecer canais críticos de mediação.

## **Suporte ao SiBBR**

O Sistema de Informação sobre a Biodiversidade Brasileira (SiBBR) é uma iniciativa do MCTI que tem por objetivo integrar informações sobre a biodiversidade e os ecossistemas brasileiros, atualmente dispersas em bancos de dados de diversos órgãos governamentais e outras fontes. Com isso, espera-se ter um sistema *online* com informações de qualidade, tanto para servir ao desenvolvimento das pesquisas científicas como para embasar políticas públicas. O apoio da RNP ao sistema dá-se por meio da iniciativa Suporte ao SiBBR, na parte de infraestrutura de TIC (rede, hospedagem e nuvem), gestão de projetos, governança e relacionamento.

## **Veredas Novas**

O Programa Veredas Novas é uma iniciativa conjunta do MCTI, do MEC e do Ministério das Comunicações (MC), em parceria com a Andifes e o Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif), para conectar à RNP, em alta velocidade, todos os *campi* de universidades e institutos tecnológicos no interior. O crescimento da rede federal de educação superior e tecnológica vem criando oportunidades maiores para os brasileiros terem acesso a uma formação de qualidade. Principalmente no interior, novos *campi* de universidades e de institutos tecnológicos federais passam a ser fatores de desenvolvimento local. O acesso dos jovens ao ensino superior nessas cidades cria e desenvolve novas carreiras e talentos. Além disto, dinamiza a sociedade e as empresas locais. O Veredas Novas estabelecerá as condições para que alunos, professores e pesquisadores dessas instituições sejam plenamente incluídos no SNCTI, via conexão de alta velocidade.

## **Termo de Cooperação**

**Instituição:** Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq

**Objeto:** Projetos de pesquisa científica, tecnológica e de inovação que visem contribuir significativamente para o desenvolvimento econômico e tecnológico do País.

**Objetivo:** O presente processo tem por objetivo apoiar projetos de P, D&I de empresas emergentes de software, de serviços de tecnológicas da inovação ou ainda outras empresas sempre que se proponham a utilizar software ou serviços de TI como elementos do seu esforço de inovação, com até 3 (três anos de constituição). Este apoio será efetuado por meio da concessão de bolsas de fomento ao desenvolvimento tecnológico de acordo com as necessidades apontadas por cada projeto de empresa. Apoiar projetos de pesquisa científica, tecnológica e de inovação que visem contribuir significativamente para o desenvolvimento econômico e tecnológico do País e que se desenvolvam

e/ou utilizem ferramentas de software e serviços de TI como parte da solução, produto ou serviço proposto.

**Resultados:** Alavancar a aceleração de um número crescente de start-ups a cada ano, colocando mercado local e internacional novos produtos e serviços inovadores, conectando nossas empresas de base tecnológica em contato com tendências e mercados globais, bem como construir uma parceria governo e iniciativa privada para a geração de um ecossistema favorável ao empreendedorismo de base tecnológica.

#### **Termo de Cooperação**

**Instituição:** Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer – CTI.

**Objeto:** Apoio ao projeto de Complementação à capacitação Institucional em Tecnologia da Informação.

**Objetivo:** O “Projeto de Complementação à Capacitação Institucional em Tecnologia da Informação”, tem como objetivo complementar as ações do programa e visa fortalecer as ações do CTI no cumprimento de seus objetivos estratégicos, junto a seus beneficiários, através do desenvolvimento de projetos de pesquisa e desenvolvimento tecnológicos, permitindo a introdução de inovações em software, hardware, componentes eletrônicos, materiais, produtos, métodos e processos e a ampliação da capacitação do seu Sistema Tecnológico em tecnologias-chave.

**Resultados:** Dar continuidade as pesquisas realizadas no desenvolvimento de técnicas avançadas de qualificação e análise de software; tecnologias avançadas em software aberto (SPB); o desenvolvimento de tecnologias avançadas em segurança de sistemas de informação; o desenvolvimento de software para sistemas distribuídos; e o desenho, implementação e avaliação de políticas públicas para o setor de tecnologias da informação e comunicação (TICs). Os resultados dessas pesquisas contribuirão para, monitoramento e aprimoramento tanto do programa TI MAIOR – Programa Estratégico de Software e Serviços de Tecnologia da Informação 2012 – 2015 do Ministério da Ciência tecnologia e Inovação (MCTI) quanto de outras políticas de fomento e financiamento do setor de TICs, com destaque para as políticas voltadas à pesquisa, desenvolvimento e inovação (P&D&I).

#### **Termo de Cooperação**

**Instituição:** Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq

**Objeto:** Recursos financeiros adicionais para aprovação de projeto submetido na “Chamada 19/2013 – Programa CI-Brasil – Programa de Treinamento de Projetistas em Instituições e Empresas de Projeto de Semicondutores”.

**Objetivo:** A Chamada MCTI/SEPIN/CNPq nº 19/2013 – Programa CI-Brasil 2013 - Programa de Treinamento de Projetistas em Instituições e Empresas de Projeto de Semicondutores visava apoiar projetos que venham a contribuir para o desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação do País na área de semicondutores, por meio da concessão de bolsas SDT para projetistas de circuitos integrados (CI), que realizarão suas atividades em centros e empresas de projeto de semicondutores, integrantes do programa CI-Brasil.

**Resultados:** Promover a qualificação de recursos humanos e incentivos para o desenvolvimento de semicondutores no País, como também fomento a indústria, instituições P&D e a atração de investimentos.

#### **Termo de Cooperação**

**Instituição:** Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq

**Objeto:** Projeto de Complementação à capacitação Institucional em Tecnologia da Informação em Centro de Treinamento em Empresas para área de Projetos e Processos de Circuitos Integrados – Brazil-IP.

**Objetivo:** O “Projeto de Complementação à Capacitação Institucional em Tecnologia da Informação em Centro de Treinamento em Empresas para área de Projetos e Processos de Circuitos Integrados – Brazil-IP”, tem como objetivo continuação do projeto Brazil-IP e o seu estabelecimento como um programa de treinamento no projeto de IP-cores com foco em alunos de graduação. A idéia básica consiste em iniciar o treinamento dos futuros projetistas durante o ensino da graduação. Com isto são formados engenheiros ou bacharéis que possuem conhecimento do fluxo completo do projeto de circuitos integrados com validação em FPGA e silício, além do conhecimento de ferramentas comerciais de EDA e metodologias usadas na indústria. Temos a meta de iniciar o treinamento de projetistas em 18 equipes a cada ano durante um período de 4 anos. Ao final de 4 anos teremos todos os projetistas treinados no fluxo completo do projeto de IP-cores com prototipação em FPGA e ASIC.

**Resultados:** Criar empresas brasileiras da área da microeletrônica, mão-de-obra especializada e capacitada, desenvolvimento na área de microeletrônica com viés acadêmico e formador de profissionais especializados para atender as indústrias brasileiras.

### Termo de Cooperação

**Instituição:** Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer – CTI

**Objeto:** Pagamento da Terceira parcela do contrato entre CTI e empresa que fornece as ferramentas EDA profissionais Mentor Graphics. Projeto e leiaute de circuitos integrados através de ferramentas de automação de desenho eletrônico da Mentor Graphics.

**Objetivo:** manter a capacidade da Divisão de Concepção de Sistemas de Hardware do CTI de projeto circuitos integrados avançados prontos para prototipagem em fabricas (foundries) comerciais. Este objetivo é atingido através da utilização de um conjunto de ferramentas profissionais de alta confiabilidade, que utilizam as informações das tecnologias de foundries nacionais (CEITEC), e internacionais, disponibilizados na forma de “process Design Kits” (PDKs) e que para a interação com as foundries.

**Resultados:** Fortalecer a capacidade científica, tecnológica e industrial do país na área estratégica de microeletrônica, utilizando tecnologia avançada de circuitos integrados para aplicações no setor de energia, comunicações, saúde e em áreas estratégicas como aeroespacial.

## 5.4 RESULTADOS DOS INDICADORES DE DESEMPENHO OPERACIONAL

QUADRO A.5.4 – Indicadores de Desempenho

Denominação	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Fórmula de Cálculo

Não se aplica

## 5.5 VARIAÇÃO DE CUSTOS

QUADRO A.5.5 – Variações de Custos

Produtos/Serviços	Custo Total de 2014	Custo Unitário			Variação % Custo Unitário		Economia Total em 2014 com	Economia Total em 2014 com
		2014	2013	2012	2014/2013	2014/2012		

							base em 2013	base em 2012

Não se aplica.

## 6. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

### 6.1 PROGRAMAÇÃO DE DESPESA

Não se aplica.

#### 6.1.2 Movimentação de Créditos Interna e Externa

##### QUADRO A.6.1.2.1 – Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa

Movimentação dentro de mesma Unidade Orçamentária entre Unidades Jurisdicionadas Distintas						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos	240102	240116	20UT			2.298.705,00
Recebidos	364102	240116	20UT			344.720,00

##### QUADRO A.6.1.2.2 – Movimentação Orçamentária Externa por Grupo de Despesa

Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos	---	---	---	---	---	---
Recebidos	---	240116	6380	---	---	3.500.000,00

Fonte: DIOF/MCTI, março de 2015

### 6.1.3 REALIZAÇÃO DA DESPESA

#### 6.1.3.1 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Total

Não se aplica.

#### 6.1.3.2 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Executados Diretamente pela UJ

Não se aplica.

#### 6.1.3.3 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários - Total

##### QUADRO A.6.1.3.3 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Total

Unidade Orçamentária: SEPIN			Código UO: 240116		UGO:
<b>DESPESAS CORRENTES</b>					
Grupos de Despesa	Empenhada	Liquidada	RP não processados	Valores Pagos	

<b>3. Outras Despesas Correntes</b>	<b>2014</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2013</b>
18. AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	279.000	1.770.500			279.000	1.770.500	-	-
41.CONTRIBUIÇÕES	1.799.705	180.000	1.799.705	180.000			1.799.705	180.000
20. AUXÍLIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	65.720	150.000	45.720	130.000	20.000	20.000	45.720	130.000
Demais elementos do grupo	125.673,14	156.477,46	74.772,84	156.477,46	50.950,30	-	50.950,30	156.477,46

Fonte: DIOF/MCTI, março de 2014

**6.1.3.4** Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Valores executados Diretamente pela UJ  
Não se aplica.

**6.1.3.5** Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação  
Não se aplica.

**6.1.3.6** Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação  
Não se aplica.

**6.2** DESPESAS COM PUBLICIDADE  
Não se aplica.

**6.3** RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS  
Não se aplica.

**6.4** MOVIMENTAÇÃO E OS SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

**QUADRO A.6.4 Restos a Pagar Inscritos em Exercícios Anteriores** Valores em R\$ 1,00

<b>Restos a Pagar Processados</b>				
<b>Ano de Inscrição</b>	<b>Montante Inscrito</b>	<b>Cancelamentos acumulados</b>	<b>Pagamentos acumulados</b>	<b>Saldo a Pagar em 31/12/2014</b>
2013	0,00	--	--	0,00
2012	1.800.000,00	--	1.800.000,00	0,00
<b>Restos a Pagar não Processados</b>				

Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2014
2013	1.998.139,00	--	1.998.139,00	0,00
2012	309.440,00	--	--	0,00
<b>Observações:</b>				

Fonte: SIAFI Gerencial/CGOF/MCTI – março/2015

## 6.5 TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS

### 6.5.1 Relação dos instrumentos de transferência vigentes no exercício

**QUADRO A.6.5.1 – Caracterização dos Instrumentos de Transferências Vigentes no Exercício de Referência**  
Posição em 31.12.2014

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Secretaria de Política de Informática									
CNPJ: 01.263.896/0027-01					UG/GESTÃO: 240116/00001				
Informações sobre as Transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulad o até o Exercício	Início	Fim	
1	TP 813006	SOFTEX	3.849.736	349.976	3.499.760	3.499.760	2014	2015	1
1	TP 806510	SOFTEX	2.015.705	216.000	1.799.705	1.799.705	2014	2015	1
3	678999	CNPq	30.000	----	30.000	30.000	2014	2015	1
3	680417	CNPq	279.000	----	279.000	279.000	2014	2015	1
3	680888	CNPq	30.000	----	30.000	30.000	2014	2015	1
3	680621	UFRJ	100.000	----	100.000	100.000	2014	2015	1
3	680394	IFC	40.000	----	40.000	40.000	2014	2015	1
3	681534	CNPq	120.000	----	120.000	120.000	2014	2015	
<b>LEGENDA</b>									
<b>Modalidade:</b>					<b>Situação da Transferência:</b>				
1 - Convênio					1 - Adimplente				
2 - Contrato de Repasse					2 - Inadimplente				
3 - Termo de Cooperação					3 - Inadimplência Suspensa				
4 - Termo de Compromisso					4 - Concluído				
					5 - Excluído				
					6 - Rescindido				
					7 - Arquivado				
<b>Fonte: SEPIN</b>									

### 6.5.2 Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios

**QUADRO A.6.5.2 – Resumo dos Instrumentos Celebrados pela UJ nos três últimos Exercícios**

Unidade Concedente ou Contratante	
<b>Nome:</b>	Secretaria de Política de Informática
<b>CNPJ:</b>	01.263.896/0027-01
<b>UG/GESTÃO:</b>	24116

Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício			Montantes repassados em cada exercício, independentemente do ano de celebração do instrumento (em R\$ 1,00)		
	2014	2013	2012	2014	2013	2012
Convênio	0	0	0			
Termo de Parceria	2	3	0	5.299.465,00	8.326.520,00	3.052.676,00
Termo de Cooperação	6	9	12	599.000,00	2.160.500,00	0,00
Termo de Compromisso	0	0	0			
<b>Totais</b>	<b>8</b>	<b>12</b>	<b>12</b>	<b>5.898.465,00</b>	<b>10.487.020,00</b>	

Fonte: SIAFI Gerencial/CGOF/MCTI – março/2015.

### 6.5.3 Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse

**QUADRO A.6.5.3 – Resumo da Prestação de Contas sobre Transferências Concedidas pela UJ na Modalidade de Convênio, Termo de Cooperação e de Contratos de Repasse.**

Unidade Concedente					
Nome: Secretaria de Política de Informática					
CNPJ: 01.263.896/0027-01			UG/GESTÃO: 240116/00001		
Exercício da prestação das contas	Quantitativos e montante repassados	Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)			
		Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse	
2014	Contas prestadas	Quantidade	0	8	0
		Montante Repassado	0	8	0
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	2	8	0
		Montante Repassado	0	0	0
2013	Contas prestadas	Quantidade	0	1	0
		Montante Repassado	0	0	0
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	0	0	0
		Montante Repassado	0	0	0
2012	Contas prestadas	Quantidade	5	5	0
		Montante Repassado	0	0	0
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	0	0	0
		Montante Repassado	0	0	0

### 6.5.4 Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse

**QUADRO A.6.5.4 – Visão Geral da Análise das Prestações de Contas de Convênios e Contratos de Repasse.**  
em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante					
<b>Nome:</b>		Secretaria de Política de Informática			
<b>CNPJ:</b>		01.263.896/0027-01	<b>UG/GESTÃO:</b> 240116/00001		
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montantes Repassados			Instrumentos	
				Convênios	Contratos de Repasse
2014	Quantidade de Contas Prestadas			-	-
	Com Prazo de Análise ainda não Vencido	Contas Analisadas	-	-	-
			-	-	-
			-	-	-
			-	-	-
	Com Prazo de Análise Vencido	Contas NÃO Analisadas	Quantidade	-	3
			Montante Repassado (R\$)	-	-
		Contas Analisadas	Quantidade Aprovada	-	-
			Quantidade Reprovada	-	-
			Quantidade de TCE	-	-
			Montante Repassado (R\$)	-	-
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade	-	6	
Montante Repassado (R\$)		-	-		
2013	Quantidade de contas prestadas			1	-
	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada	-	-	
		Quantidade Reprovada	-	-	
		Quantidade de TCE	-	-	
		Montante repassado	-	-	
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade	-	-	
		Montante repassado (R\$)	-	-	
2012	Quantidade de Contas Prestadas			8	-
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	1	-	
		Quantidade Reprovada	-	-	
		Quantidade de TCE	-	-	
		Montante Repassado	-	-	
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade	7	-	
		Montante Repassado	-	-	
	Exercício Anterior a 2012	Contas NÃO Analisadas	Quantidade	-	-
Montante Repassado			-	-	

Fonte: SIAFI Gerencial/CGOF/MCTI – março/2014

## 6.6 SUPRIMENTO DE FUNDOS

Não se aplica

## 6.7 RENÚNCIAS DE RECEITAS

### 6.7.1 Benefícios Financeiros e Creditícios

Não se aplica

### 6.7.2 Renúncias Tributárias

#### 6.7.2.1 Renúncias Tributárias sob Gestão ou Estimadas e Quantificadas pela UJ - Identificação

**QUADRO – A.6.7.2.1 – Renúncias Tributárias sob Gestão da UJ – Renúncias Tributárias Estimadas e Quantificadas pela UJ**

Tributo	Legislação	Natureza da Renúncia (LRF, art. 14, § 1º)	Objetivos Socioeconômicos	Contrapartida Exigida	Prazo de Vigência	Medidas de Compensação
IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados	- Leis nºs 8.248/2001, 10.176/2001, 11.077/2004 e 13.023/2014- Decreto nº 5.906/2006	Redução/Isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI	Capacitação tecnológica e competitividade do setor de tecnologias da informação.	Investimento em atividades de pesquisa e desenvolvimento em tecnologias da informação;- Atendimento ao Processo Produtivo Básico – PPB; - Implantação do sistema de qualidade; e - Implantação do programa de participação nos lucros ou resultados da empresa.	31/12/2029	Depósitos no FNDCT – Débitos decorrentes da não realização, total ou parcial, em atividades de pesquisa e desenvolvimento em tecnologias da informação.
PIS/PASEP, COFINS, IPI, CIDE, II-Imposto de Importação	Lei nº 11.484/2007. - Decretos nºs 6.233 e 6.234 de 11/10/2007	Redução/Isenção do PIS/PASEP, COFINS, IPI, CIDE, - Imposto de Importação (*)	Dispõe sobre os incentivos às indústrias de equipamentos para TV Digital e de componentes eletrônicos semicondutores e sobre a proteção à propriedade intelectual das topografias de circuitos integrados, instituindo o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores – PADIS e o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Equipamentos para a TV Digital – PATVD	- Investimento em atividades de pesquisa e desenvolvimento em tecnologias da informação;- Atendimento ao Processo Produtivo Básico – PPB; - Implantação do sistema de qualidade; e - Implantação do programa de participação nos lucros ou resultados da empresa.	PADIS – 22/01/2022 PATVD – 22/01/2017	Depósitos no FNDCT – Débitos decorrentes da não-realização, total ou parcial, em atividades de pesquisa e desenvolvimento em tecnologias da informação
			Equipamentos para a TV Digital – PATVD			

Fonte: SEPIN – Secretaria de Política de Informática

#### 6.7.2.2 Valores Renunciados e Contrapartida

**QUADRO A.6.7.2.2. - Valores Renunciados e Respectiva Contrapartida**

Valores	2014		2013		2012	
	Estimativa	Efetivo	Estimativa	Efetivo	Estimativa	Efetivo
<b>Renúncia</b>	5.300.000,00	-	4.016.000,00	4.419.001,60	4.400.000,00	3.771.522,96

<b>Contrapartida</b>	1.350.000,00	-	1.012.000,00	1.121.334,29	1.200.000,00	1.095.021,36
<b>Medidas de Compensação (*)</b>	---	102.720,00	-----	88.765,00	-----	72.516,00

### 6.7.2.3 Valor Renunciado por Tributo

**QUADRO A.6.7.2.3 – Valores Renunciados por Tributo e Gasto Tributário – 2014-2012 (Valores em Mil R\$)**

Tributo Contribuição Gasto Tributário	2014			2013			2012		
	Renúncia		Medidas de Compensação	Renúncia		Medidas de Compensação	Renúncia		Medidas de Compensação
	Efetivo	Estimado		Efetivo	Estimado		Efetivo	Estimado	
<b>IPI</b>	---	<b>5.300.000</b>	<b>102.720(*)</b>	<b>4.016.000</b>	---	<b>89.845</b>	---	<b>4.482.000</b>	<b>88.765</b>

\*A Lei de Informática (Lei nº 8.248/91) concede benefício fiscal da redução ou isenção do IPI, para bens de informática e como compensação, as empresas incentivadas devem realizar depósitos trimestrais no FNDCT, com base no faturamento com os bens incentivados.

### 6.7.2.4 Contribuintes Beneficiados

**QUADRO A.6.7.2.4.2 - Contribuintes Beneficiados pela Renúncia – Pessoas Jurídicas**

(Valores em R\$ mil)

UF	2014		2013		2012	
	Quantidade	Valor Renunciado	Quantidade	Valor Renunciado	Quantidade	Valor Renunciado
AC	-	-	-	-	1	-
AL	-	-	-	-	2	-
AM	-	-	-	-	-	-
AP	-	-	-	-	-	-
BA	32	-	30	110.276.858,06	40	126.803.374,95
CE	8	-	8	26.423.564,02	6	22.206.976,35
DF	2	-	2	1.515.374,02	8	89.257,26
ES	1	-	1	-	-	-
GO	1	-	1	149.921,94	2	-
MA	-	-	-	-	-	-
MG	91	-	80	280.241.621,87	68	241.407.848,14
MS	1	-	1	8.509,09	-	-
MT	1	-	1	400.824,45	-	2.315.464,83
PA	-	-	-	-	1	-
PB	4	-	4	10.838.939,99	5	8.791.226,03
PE	8	-	6	8.751.391,67	4	19.065.422,17
PI	-	-	-	-	-	-
PR	89	-	71	455.702.828,62	41	160.500.753,79
RJ	5	-	3	1.422.602,22	8	1.242.081,28
RN	-	-	-	-	3	-
RO	1	-	1	-	-	-
RR	-	-	-	-	-	-
RS	54	-	49	470.074.666,85	44	438.336.330,75
SC	72	-	32	109.614.692,28	47	133.308.453,18

SE	1	-	1	6.007.300,55	3	6.486.433,87
SP	256	-	221	3.453.469.819,01	204	3.322.000.937,96
TO	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>628</b>	<b>-</b>	<b>533</b>	<b>4.934.898.641,64</b>	<b>487</b>	<b>4.482.554.560,56</b>

Fonte: SEPIN – Secretaria de Política de Informática (\*) – dados não disponíveis para o ano base de 2013.

### 6.7.2.5 Beneficiários da Contrapartida da Renúncia Tributária

#### QUADRO A.6.7.2.5.2 - Beneficiários da Contrapartida da Renúncia – Pessoas Jurídicas

UF	2014 (*)		2013		2012	
	Quantidade	Valor Aplicado	Quantidade	Valor Aplicado	Quantidade	Valor Aplicado
AC	-	-	-	-	-	-
AL	-	-	1	90.230,00	1	160,05
AM	-	-	2	1.333.603,11	-	-
AP	-	-	-	-	-	-
BA	-	-	10	28.658.666,85	11	25.834,30
CE	-	-	11	69.770.871,11	10	42.242,61
DF	-	-	10	42.554.859,59	8	30.669,90
ES	-	-	1	0,00	1	477,48
GO	-	-	1	317.656,56	1	78,00
MA	-	-	1	200.521,42	1	170,03
MG	-	-	8	15.705.667,37	14	13.791,38
MS	-	-	1	306.815,00	1	236,38
MT	-	-	-	-	-	-
PA	-	-	1	1.120.637,46	1	2.220,90
PB	-	-	4	23.483.457,77	5	9.232,92
PE	-	-	7	93.437.815,35	6	78.595,53
PI	-	-	-	-	-	-
PR	-	-	8	55.859.553,59	5	27.218,60
RJ	-	-	4	4.758.162,25	3	3.728,23
RN	-	-	1	102.000,00	1	72,00
RO	-	-	-	-	-	-
RR	-	-	-	-	-	-
RS	-	-	15	19.962.104,94	12	13.595,32
SC	-	-	10	7.493.404,47	7	8.815,66
SE	-	-	1	0,00	1	-
SP	-	-	29	344.556.168,55	29	253.067,79
TO	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>126</b>	<b>709.712.195,84</b>	<b>118</b>	<b>510.389,15</b>

### 6.7.2.7 Prestações de Contas de Renúncia de Receitas

#### QUADRO A.4.6.2.7 - Prestações de Contas de Renúncia de Receitas

Situação	2014		2013		2012	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
<b>PC não Apresentadas</b>	-	-	42	-	31	-
<b>PC Aguardando Análise</b>	-	-	419	1.479,13	401	1.159,87
<b>PC em Análise</b>	-	-	-	-	-	-
<b>PC não Aprovadas</b>	-	-	-	-	-	-
<b>PC Aprovadas</b>	-	-	78	-	65	-

### 6.7.2.8 Comunicações à RFB

**QUADRO A.6.7.2.8 - Comunicações à RFB**

Renúncia	2014				2013				2012			
	Comunicações		Valores Indevidamente Renunciados		Comunicações		Valores Indevidamente Renunciados		Comunicações		Valores Indevidamente Renunciados	
	Susp.	Canc.	Susp.	Canc.	Susp.	Canc.	Canc.	Susp.	Canc.	Susp.	Susp.	Canc.
IPI	42	37	-	-	22	45	-	-	55	38	-	-

### 6.7.2.9 Indicadores de Gestão da Renúncia de Receitas (\*)

**QUADRO A.6.7.2.9 - Indicadores de Gestão da Renúncia de Receitas**

Ano	Metas				Renúncia/PIB (%)	Geração de empregos	
	Descrição	Indicador	Prev.	Real.	Nac.	Diretos	Indiretos
2014*	-	-	-	-	0,106*	132.000*	-
2013	-	-	-	-	0,106	124.501	-
2012	-	-	-	-	0,105	112.397	-

Fonte: SEPIN – Secretaria de Política de Informática (\*) – dados estimados para o ano base de 2013.

**\*Nota ao Relatório de Gestão:** Encontra-se anexado o *Anexo Especial sobre Gestão de Políticas de Renúncias de Receitas (AGRE) referente à Lei nº 8.248/91 – Lei de Informática*, contendo as informações do Item 5. do citado documento.

**6.7.2.10** Declaração de Situação de Beneficiários de Renúncia Fiscal

**DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE**

Eu, **VIRGILIO AUGUSTO FERNANDES DE ALMEIDA**, CPF nº **130.465.196-72**, **Secretário de Políticas de Informática**, declaro para os devidos fins, que na concessão e na renovação do benefício tributário previsto na(o) Decreto nº 5.906/06, publicado no D.O.U. de 26.9.2006, foi verificada a situação de regularidade dos beneficiários com relação aos pagamentos dos tributos junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil, ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS - e à Seguridade Social, em consonância com o disposto na Constituição Federal, art. 195, § 3º; na Lei nº 9.069/1995, art.60; na Lei nº 8.036/1990, art. 27, alínea “c”; e na Lei nº 8.212/1991, art. 47, inciso I, alínea “a”.

Destaco que **não há** beneficiários que descumpriram tais dispositivos.

Brasília, 30 de abril de 2015.

**VIRGILIO AUGUSTO FERNANDES DE ALMEIDA**

CPF: 130.465.196-72

SECRETÁRIO DE POLITICA DE INFORMÁTICA

**6.7.2.11** Fiscalizações Realizadas pela RFB

Não se aplica

**6.8** GESTÃO DE PRECATÓRIOS

Não se aplica

**7. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS**

**7.1** ESTRUTURA DE PESSOAL DA UNIDADE

**7.1.1** Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada

**QUADRO A.7.1.1.1 – Força de Trabalho da UJ – Situação Apurada em 31/12/2014**

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)</b>		<b>44</b>	<b>2</b>	<b>2</b>
1.1. Membros de poder e agentes políticos				
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)		44	2	2
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão		40	1	
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado		2		1
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório				

1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas		2	1	1
<b>2. Empregados Públicos</b>		<b>3</b>		
<b>3. Servidores com Contratos Temporários</b>				
<b>4. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública</b>				
<b>5. Total de Servidores (1+2+3)</b>		<b>47</b>	<b>2</b>	<b>2</b>

Fonte: CGRH – SIAPE – Situação em 31/12/14

### 7.1.1.2 Distribuição da Lotação Efetiva

**QUADRO A.7.1.1.2 – Distribuição da Lotação Efetiva**

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
<b>1. Servidores de Carreira (1.1)</b>		
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	44	
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão		
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado		
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório		
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas		
<b>2. Servidores com Contratos Temporários</b>		
<b>3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública</b>		
<b>4. Empregados Públicos</b>	3	
<b>4. Total de Servidores (1+2+3)</b>	<b>47</b>	

### 7.1.1.3 Detalhamento de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas

**QUADRO A.7.1.1.3 – Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UJ (Situação em 31/12/2014)**

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Cargos em Comissão</b>		16	6	2
1.1. Cargos Natureza Especial				
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior		16	6	
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão		14	5	
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado				
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas		2	1	1
1.2.4. Sem Vínculo				
1.2.5. Aposentados				
<b>2. Funções Gratificadas</b>		6	2	2
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão		6	2	2
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado				
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas				
<b>3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)</b>		<b>22</b>	<b>8</b>	<b>4</b>

Fonte: CGRH – SIAPE – Situação em 31/12/14

### 7.1.3 Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada

#### QUADRO A.7.1.3 - QUADRO De Custos De Pessoal

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis			
<b>Membros de Poder e Agentes Políticos</b>										
Exercícios	2014									
	2013									
<b>Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade jurisdicionada</b>										
Exercícios	2014	2.247.905,04		1.787.098,92	109.466,16		32,370,48			
	2013	1.929.547,80		1.060.041,96	95.795,88	1.929.547,18				
<b>Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade jurisdicionada</b>										
Exercícios	2014	952.166,76				37.200,00				
	2013	428.454,12				32.563,90				
<b>Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)</b>										
Exercícios	2014	125.155,80								
	2013									
<b>Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença</b>										
Exercícios	2014									
	2013									
<b>Servidores com contrato temporário</b>										

<b>Exercícios</b>	<b>2014</b>											
	<b>2013</b>											
<b>Empregados Públicos</b>												
<b>Exercícios</b>	<b>2014</b>	88.920,00										
	<b>2013</b>	77.760,00										

Fonte: CGRH – SIAPE – Situação em 31/12/14

## 7.2 TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA DE APOIO E CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS

**7.2.1** Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão  
Não se aplica

**7.2.2** Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva  
Não se aplica

**7.2.3** Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra Autorizações Expedidas  
Não se aplica

**7.2.4** Composição do QUADRO de Estagiários

**QUADRO A.7.2.4 - Composição do QUADRO de Estagiários**

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
<b>1. Nível superior</b>					
1.1 Área Fim					
1.2 Área Meio					
<b>2. Nível Médio</b>	1	1	1	0	3.053,05
2.1 Área Fim					
2.2 Área Meio					
<b>3. Total (1+2)</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>3.053,05</b>

**Análise Crítica** Contratação de empresa para a prestação dos serviços de Agente de Integração público ou privado, que deverá atuar em conjunto com o Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT, suas Unidades Descentralizadas e Unidades de Pesquisa, e Instituições de Ensino de todo o País, para executar o Programa de Estágio do MCT:

- Atual Estrutura da Coordenação-Geral de Recursos Humanos – CGRH do MCT inviabiliza a realização de convênios diretos com instituições de ensino em todo o País. Dessa forma, é fundamental a contratação de Agente de Integração que assuma a responsabilidade de prestar todo o suporte operacional para a execução do Programa de Estágio, de modo a realizar convênios com as instituições de ensino, verificar e garantir o cumprimento pelo estudante de todos os requisitos previstos na legislação sobre o assunto, e contratar o seguro contra acidentes pessoais em favor do estagiário, Em conformidade com a Orientação Normativa MP nº 7, de 30 de outubro de 2008, o número de estagiários em cada órgão ou entidade não poderá ser superior a 20% (vinte por cento), para as categorias de nível superior, e a 10% (dez por cento), para as de nível médio, do somatório da lotação aprovada, acrescido do quantitativo de cargos em comissão e funções de confiança, observada a dotação orçamentária, reservando-se, desse quantitativo, 10% (dez por cento) das vagas para estudantes portadores de deficiência, desde que compatível com o estágio a ser realizado. Quando o cálculo do percentual resultar em fração, esta poderá ser arredondada para o número inteiro imediatamente superior, O Valor da Bolsa- auxílio será de R\$ 364,00 ( trezentos e sessenta e quatro reais) para o nível superior no período de 20 horas semanais e R\$ 520,00 ( quinhentos e vinte reais) para as 30 horas semanais e de nível médio será de R\$ 203,00 ( duzentos e três reais) para 20 horas e R\$ 290,00 (duzentos e noventa reais) para 30 horas semanais, e auxílio-transporte diário no valor de R\$ 6,00 ( seis reais)

- Resultados observados: O objetivo do Programa de Estágio é de desenvolver, preparar e orientar o estudante/estagiário para a vida profissional é identificar potenciais que renovem e fortaleçam a estrutura organizacional, verificamos que vários ex-estagiários hoje são funcionários ou terceirizados do MCTI e ou das Unidades de Pesquisas pela eficiência e competências adquiridas através da oportunidade de estagiarem no MCTI e nas Unidades de Pesquisas

**Fonte:** CGRH – SIAPE – Situação em 31/12/14

## 8. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO

Não se aplica.

## 9. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Não se aplica.

## 10. GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

QUADRO A.10.1 – Aspectos da Gestão Ambiental

Aspectos sobre a gestão ambiental e Licitações Sustentáveis		Avaliação	
		Sim	Não
1	Sua unidade participa da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P)?		x
2	Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação a associações e cooperativas de catadores, conforme dispõe o Decreto nº 5.940/2006?		x
3	As contratações realizadas pela unidade jurisdicionada observam os parâmetros estabelecidos no Decreto nº 7.746/2012?	x	
4	A unidade possui plano de gestão de logística sustentável (PLS) de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012? Caso a resposta seja positiva, responda os itens 5 a 8.		x
5	A Comissão gestora do PLS foi constituída na forma do art. 6º da IN SLTI/MPOG 10, de 12 de novembro de 2012?		x
6	O PLS está formalizado na forma do art. 9º da IN SLTI/MPOG 10/2012, atendendo a todos os tópicos nele estabelecidos?		x
7	O PLS encontra-se publicado e disponível no site da unidade (art. 12 da IN SLTI/MPOG 10/2012)?		x
	Caso positivo, indicar o endereço na <i>Internet</i> no qual o plano pode ser acessado.		
8	Os resultados alcançados a partir da implementação das ações definidas no PLS são publicados semestralmente no sítio da unidade na <i>Internet</i> , apresentando as metas alcançadas e os resultados medidos pelos indicadores (art. 13 da IN SLTI/MPOG 10/2012)?		x
	Caso positivo, indicar o endereço na <i>Internet</i> no qual os resultados podem ser acessados.		
<b>Considerações Gerais</b>			

## 11. ATENDIMENTO DE DEMANDAS DE ÓRGÃO DE CONTROLE

### 11.1. Deliberações do TCU atendidas no exercício

QUADRO A.11.1.1 Cumprimento das Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Secretaria de Política de Informática – SEPIN/MCT					2058
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Itens	Tipo	Comunicação Expedida
1	015.436/2013-6	3.695/2013	9.4.1 a 9.4.4	Relatório de Levantamento de Auditoria	
2	013.747/2013-4	458/2014	9.2.1 a 9.2.7 e 9.4 a 9.6	Auditoria Operacional	
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Secretaria de Política de Informática – SEPIN/MCT					2058
Descrição da Deliberação – Itens 9.4.1 a 9.4.4					

“9.4.1. racionalize a utilização de sua força de trabalho, atribuindo importância à realização de fiscalizações contábeis e financeiras sobre os projetos de investimento das empresas beneficiárias nos temas albergados pelas legislações específicas (P&D nos termos das Leis 8.248/1991 e 11.484/2007), com a finalidade de confirmar a adequação e a fidedignidade dos valores dos custos declarados dos projetos;”

“9.4.2. normatize a metodologia e implemente a apresentação de relatórios demonstrativos simplificados, previstos no art. 33, § 2o, do Decreto 5.906/2006, como maneira de desafogar a utilização da força de trabalho na análise de RDs, e viabilizar maior capacidade fiscalizatória em relação aos custos dos projetos de investimento em P&D;”

“9.4.3. “adote exigências de comprovação de custos incorridos com recursos humanos no âmbito de projetos de investimento realizados em contrapartida às Leis 8.248/1991 e 11.484/2007, adotando, preferencialmente, as informações apresentadas pelas empresas beneficiárias ao Ministério do Trabalho e Emprego – MTE por meio da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS; e”

“9.4.4. adote processo administrativo formal, com folhas sequencialmente numeradas e demais requisitos legais, para juntada de pareceres técnicos de análise dos RDs dos diversos anos-base de cada empresa, de sorte a minimizar o risco de perdas, erros ou fraude documental, em homenagem aos princípios da legalidade e da segurança jurídica.”

#### Providências Adotadas

Sector responsável pela implementação	Código SIORG
Secretaria de Política de Informática – SEPIN/MCT	2058

#### Síntese das providências adotadas – Itens 9.4.1 a 9.4.4

9.4.1. A contratação dos Serviços Técnicos Especializados junto ao Centro de Pesquisa Renato Archer – CTI –RA contribuirá para o atendimento dessa Recomendação.

9.4.2. A utilização do Relatório Demonstrativo Simplificado está prevista para ser implementada com a operacionalização do Projeto AQUARIUS. Cabe ressaltar que para o ano base 2013, no exercício de 2014, mesmo utilizando o sistema SIGPLANI, essa opção foi disponibilizada as empresas beneficiárias.

9.4.3. O Acordo de Cooperação do MCTI com o Ministério do Trabalho e Emprego – MTE para consulta à Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, quando da análise dos RDs, está em processo de assinaturas dos Ministros das pastas.

9.4.4. Trata-se de prática de processo administrativo adotada pela SEPIN, embora possa haver casos isolados ou de processos antigos em que tal providência não tenha sido tomada.

#### Síntese dos resultados obtidos

Publicação das Portarias: Portarias MCTI nºs 863, de 19/08/2014 e 1325, de 28/11/2014.

#### Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

##### Positivos:

- Comprometimento e engajamento da Alta Administração do MCTI na automação dos processos inerentes à gestão da Lei de Informática conduzida pela SEPIN, considerados processos críticos e incluídos no desenvolvimento da Plataforma Aquarius.

##### Negativos:

- As mudanças na alta administração do MCTI prejudicaram o cumprimento do cronograma de desenvolvimento dos Módulos PARDA e PACI da Plataforma Aquarius.

#### Descrição da Deliberação – Itens 9.2.1 a 9.2.7 e 9.4 a 9.6

9.2.1. designe servidores para comporem a Câmara Temática interministerial para Pleitos de Concessão (CTI-PC), de forma que as atividades dessa câmara sejam contínuas e capazes de atender a demanda de concessão de benefícios da Lei de Informática e ao prazo estabelecido no Decreto 5.906/2006 (art. 18, **caput**);

9.2.2. aperfeiçoe o processo de análise dos RDA, de forma que a atuação da Sepin seja racionalizada e se torne mais tempestiva e eficaz, considerando, para isso, além da utilização de relatório simplificado, outras ações, como, por exemplo, a análise dos relatórios por amostragem, calcada na utilização de critérios formais, a automatização das etapas dos processos e a avaliação qualitativa das atividades de P&D;

9.2.3. aprimore o conjunto de indicadores utilizados para monitorar os resultados dos dispêndios de pesquisa e desenvolvimento (P&D) da Lei de Informática (Lei 8.248/1991), em compatibilidade com os objetivos pretendidos, considerando, para tanto, as orientações do guia metodológico de indicadores de programas da Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;

9.2.4. proponha ao Comitê da Área de Tecnologia da Informação (Cati) estrutura de governança mínima a ser adotada pelos institutos de pesquisa para garantir a sua independência, impedindo que possam ser alocados exclusivamente a uma empresa ou a um grupo de empresas, evitando-se o risco de se tornarem mera extensão de seus departamentos de engenharia;

9.2.5. estabeleça, para cada projeto conveniado, formulário de avaliação a ser preenchido pela empresa contratante, de modo a contribuir na identificação dos projetos de sucesso, bem como na futura identificação dos institutos de pesquisa e universidade mais experientes e possivelmente aptos a executar projetos em cada área de aplicação;
9.2.6. defina critérios para identificar e categorizar os institutos de pesquisa e universidades de acordo com o seu desempenho na execução de projetos, de modo a orientar as empresas no processo de escolha dos institutos de pesquisa, avaliando a conveniência de divulgar publicamente essas informações;
9.2.7. divulgue em seu sítio eletrônico informações públicas sobre as empresas e os convênios celebrados, a exemplo das seguintes informações: 9.2.7.1. quantidade de convênios; 9.2.7.2. valores dos convênios; 9.2.7.3. renúncia fiscal concedida; 9.2.7.4. outras informações sobre o uso dos recursos, a exemplo de indicadores de P&D e de produção industrial;
9.4. recomendar à Secretaria de Política de Informática do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, à Secretaria do Desenvolvimento da Produção do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e à Secretaria da Receita Federal do Brasil que, em observância ao princípio da eficiência (Constituição Federal, art. 37, <b>caput</b> ), promovam a efetiva continuidade das atividades da Câmara Temática interministerial para Pleitos de Concessão (CTI-PC), de forma que sejam capazes de atender a demanda de concessão de benefícios da Lei de Informática.
9.5. recomendar à Secretaria de Política de Informática do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e à Secretaria do Desenvolvimento da Produção do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior que, em obediência ao princípio constitucional da eficiência:
9.5.1. aprimorem o processo de concessão dos benefícios da Lei de Informática no sentido de torná-lo mais ágil, atentando para a necessidade de automatizar suas etapas, dando maior eficácia à lei, considerando, para isso, evitar a duplicidade nas análises dos mesmos processos e a inclusão de trâmite rápido para produtos correlatos já analisados previamente, além de avaliar a efetividade da habilitação provisória instituída pelo Decreto nº 8.072/2013;
9.5.2. utilizem metodologia para formulação e planejamento de políticas públicas, de modo a aprimorar as etapas de monitoramento e de avaliação da política pública disposta na Lei nº 8.248/1991 e regulamentada pelo Decreto nº 5.906/2006 (Lei de Informática), utilizando para tanto ferramentas tais como o modelo lógico de programa;
9.5.3. definam um conjunto de indicadores para monitorar os resultados fabris dos processos produtivos básicos da Lei de Informática (Lei nº 8.248/1991), compatíveis com os objetivos pretendidos, considerando, para tanto, as orientações do guia metodológico de indicadores de programas da Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;
9.5.4. elaborem estudos técnicos sobre a cadeia de valor dos bens incentivados, de modo a tornar as suas políticas públicas mais eficientes, monitorando as etapas técnica e economicamente viáveis, e, portanto, considerando-as prioritárias em seus instrumentos de incentivo e fomento;
9.5.5. elaborem estudos sobre a possibilidade de incluir como indicador o valor de transformação industrial (VTI) ou outro que represente o valor agregado da indústria nacional, procurando tratar de forma diferenciada as empresas que executam as etapas mais nobres da cadeia de valor dos bens incentivados;
9.5.6. elaborem estudos sobre a possibilidade de incluir como indicadores os resultados da balança comercial dos produtos incentivados, por código NCM, monitorando comportamentos e tendências, de modo a acompanhar o desempenho da indústria;
9.5.7. elaborem estudos sobre a possibilidade de os benefícios concedidos serem uma função objetiva da agregação de valor apresentada pelas empresas para seus produtos;
9.5.8. elaborem estudos sobre a possibilidade de tratar entre os instrumentos disponíveis na Lei de Informática as empresas que realizam as etapas mais nobres da cadeia de valor dos produtos incentivados, mas optaram, por razões econômicas, por realizar as etapas de produção final dos bens incentivados no exterior;
9.5.9. ao realizarem alterações nos processos produtivos básicos, procurem fazê-las de forma a considerar o monitoramento da política pública, estabelecendo, sempre que possível, os indicadores necessários e suficientes para acompanhá-los, considerando os objetivos almejados pelas alterações;
9.5.10. definam, sempre que possível, metas para os indicadores estabelecidos;
9.5.11. estabeleçam, em conjunto, caso considerem pertinente a permanência de uma política pública para substituir a atual Lei de Informática, grupo de estudo para debater alternativas disponíveis a fim de aperfeiçoar o atual regimento da Lei de Informática e subsidiar a eventual proposta de renovação a ser apresentada;
9.5.12. produzam relatório próprio de análise sempre que houver contratação de avaliação externa da Lei de Informática, encaminhando ao CATI as suas considerações, e considerando essas conclusões para proposição de ajustes na política pública;
9.6. recomendar ao Comitê da Área de Tecnologia da Informação (CATI) que: 9.6.1. avalie a possibilidade de estabelecer diretrizes e controles internos de adoção obrigatória pelos institutos de pesquisa credenciados para receber projetos da Lei de Informática, de modo a mitigar o risco de que eles sejam utilizados como extensão dos departamentos de engenharia das empresas beneficiadas;
Providências Adotadas

Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Secretaria de Política de Informática – SEPIN/MCT	2058
<b>Síntese das providências adotadas – Itens 9.2.1 a 9.2.7 e 9.4 a 9.6</b>	
9.2.1. A CTI-PC já tem servidores indicados, como titulares e suplentes, representantes da SEPIN/MCTI, SDP/MDIC e RFB/MF.	
9.2.2. A utilização do Relatório Demonstrativo Simplificado está prevista para ser implementada com a operacionalização do Projeto AQUARIUS. Cabe ressaltar que para o ano base 2013, no exercício de 2014, mesmo utilizando o sistema SIGPLANI, essa opção foi disponibilizada as empresas beneficiárias.	
9.2.3. Há necessidade de contratação de Estudo Técnico para subsidiar a proposição de novos indicadores para aprimorar a avaliação dos resultados monitorar os resultados de pesquisa e desenvolvimento (P&D) da Lei de Informática (Lei 8.248/1991).	
9.2.4. A SEPIN/MCTI promoveu em 2014 Seminários com as Instituições de Pesquisa e Desenvolvimento e Incubadoras, objetivando colher subsídios para incorporar na revisão das Resoluções nºs 13 e 18/2005.	
9.2.5. Reavaliando essa recomendação, a SEPIN/MCTI, entendeu que sua implementação exigirá a disponibilidade de um sistema informatizado em função da quantidade de projetos (da ordem de 3.000 por ano).	
9.2.6. Essa Recomendação será submetida à avaliação do CATI.	
9.2.7. A SEPIN/MCTI está ampliando a quantidade de informações a serem divulgadas, referentes aos RDs do ano base de 2013.	
9.4. Desde 2013 foi ampliado o número de reuniões da CTI-PC por meio do mecanismo de reuniões não presenciais, visando a atender a crescente demanda de pleitos e vem se reunindo semanalmente.	
9.5.1. O Módulo PACI da Plataforma Aquarius, prevê a eliminação de processo físico e automatização de etapas do parecer técnico e da portaria interministerial.	
9.5.2. Reitera-se a necessidade de contratar estudo para fins de prover a SEPIN/MCTI de metodologia apropriada para apoio às etapas de monitoração e avaliação da Lei de Informática.	
9.5.3. A SEPIN/MCTI proporá a contratação de estudos junto à administração superior do MCTI.	
9.5.4. A SEPIN/MCTI proporá a contratação de estudos junto à administração superior do MCTI.	
9.5.5. A SEPIN/MCTI proporá a contratação de estudos junto à administração superior do MCTI.	
9.5.6. A SEPIN/MCTI proporá a contratação de estudos junto à administração superior do MCTI.	
9.5.7. A SEPIN/MCTI proporá a contratação de estudos junto à administração superior do MCTI.	
9.5.8. A SEPIN/MCTI proporá a contratação de estudos junto à administração superior do MCTI.	
9.5.9. A SEPIN/MCTI submeterá a proposta para discussão com o setor produtivo.	
9.5.10. Idem ao item 9.5.9.	
9.5.11. Os incentivos previstos na Lei no 8.248/91 (Lei de Informática) foram prorrogados até 2029, pela Lei 13.023/2014.	
9.5.12. Essa recomendação será considerada em futuras avaliações externas contratadas pela SEPIN.	
9.6. Idem ao item 9.2.4.	
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>	
- Realização dos Seminários mencionados no item 9.2.4.	
- Aumento da frequência de realização de reuniões da CTI-PC, conforme mencionado item 9.4.	
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>	
<b>Positivos:</b>	
- Empenho da SEPIN em promover os seminários mencionados no item 9.2.4.	
<b>Negativos:</b>	
- A falta de recursos financeiros para a contratação dos estudos recomendados pelo TCU;	
- O atraso no cronograma de implantação dos Módulos PACI e PARDA do Sistema Aquarius.	

**11.1.2** Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício  
Não se aplica.

## **11.2 TRATAMENTO DE RECOMENDAÇÕES DO OCI**

**11.2.1** Recomendações do Órgão de Controle Interno Atendidas no Exercício

Não se aplica.

11.2.2 Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício  
 Não se aplica.

### 11.3 DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS ESTABELECIDADA NA LEI Nº 8.730/93

#### 11.3.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93

#### QUADRO A.11.3.1 – Demonstrativo do Cumprimento, por Autoridades e Servidores da UJ, da Obrigação de Entregar A DBR

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR	47		
	Não cumpriram a obrigação			

Fonte: CGRH/MCTI

#### RELAÇÃO DOS SERVIDORES LOTADOS NA SEPIN SITUAÇÃO DEZ/2014

##### NOME DO SERVIDOR

- ADALBERTO AFONSO BARBOSA
- AIRTON JOSE RUSCHEL
- ALESSANDRO AUGUSTO NUNES CAMPOS
- ANA CAROLINA FUCK FULLANA
- ANDREISA PEREIRA ALCOFORADO GUIRRA
- ANGELO PELLI JUNIOR
- ANTONIO PEREIRA LOPO
- ARMANDO PEREIRA JUNIOR
- CAIO MARIO GOMES ZEBRAL
- CARLOS SILVA DE DEUS
- CELSO DE BRAGA
- CELSO WILIAN BORGES
- CIRO EDUARDO FERREIRA
- CYNTHIA MAYRA MASCARENHAS COSTA

- DANIEL MENDES GUEDES
- DAVI CANCADO DUTRA COTA
- DEBORA MARIA DA SILVA FREITAS
- DEBORAH BRAGA DE CASTRO E OLIVEIRA
- EDUARDO BATISTA DOS SANTOS CORDEIRO
- ELIANA MARIA RAMOS KOWALSKI
- EMANOEL DAVID DE JESUS FREIRE
- EUNIDES VIEIRA ROLIM
- EURIPEDES JOSE DE SOUSA
- FABIO FRANCISCO COSTA DOS SANTOS
- FELIPE LEMOS SERENO
- FRANCISCO SILVEIRA DOS SANTOS
- GILSON DA SILVA SANTIAGO
- HAMILTON JOSE MENDES DA SILVA
- HENRIQUE DE OLIVEIRA MIGUEL
- JAVIER ANDRES GARCIA ALFARO
- JOSE FERREIRA NEVES
- JOSE HENRIQUE DE LIMA CORREA DIEGUEZ BARREIRO
- KARINA DOMINGUES BRESSAN VIDAL
- LEONARDO CAMARGO NEVES
- LUANNA SANT ANNA RONCARATTI
- MARCELO ANDRE DE BARROS OLIVEIRA
- MARCELO SOUTO MAIOR MONTEIRO
- MARCOS ANTONIO DE SOUSA GARCIA
- MARCOS VINICIUS AMORIM FERREIRA GUIMARAES
- ROSILENE ANTUNES RUELA
- RUBENS CAETANO BARBOSA DE SOUZA
- SAULO GUERREIRO LACERDA
- SCHEYLA VASCONCELOS
- VILSON APARECIDO DA COSTA
- VINICIUS PIMENTA VELOSO
- VIRGILIO AUGUSTO FERNANDES ALMEIDA
- WATSONIA SOUSA SALES

#### 11.4 MEDIDAS ADOTADAS EM CASO DE DANO AO ERÁRIO

Não se aplica

#### 11.5 ALIMENTAÇÃO SIASG E SICONV

##### QUADRO A.11.5 – Declaração de Inserção e Atualização de Dados no SIASG E SICONV

###### DECLARAÇÃO

Eu, Virgílio Augusto Fernandes de Almeida, CPF nº 130.465.196-72, Secretário de Política de Informática, exercido na Secretaria de política de Informática declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2014 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece o art. 17 da Lei nº 12.708, de 17 de maio de 2012 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Brasília, 30 de abril de 2015.

**VIRGÍLIO AUGUSTO FERNANDES DE ALMEIDA**

**130.465.196-72**

**SECRETÁRIO DE POLÍTICA DE INFORMÁTICA**

#### 12. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

##### 12.1. NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO

Não se aplica.

##### 12.2. SISTEMÁTICA DE APURAÇÃO DE CUSTOS DOS PROGRAMAS

Não se aplica.

##### 12.3. INFORMAÇÕES SOBRE A CONFORMIDADE

Em anexo

##### 12.4. DECLARAÇÃO DO CONTADOR ATESTANDO A CONFORMIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em anexo

#### 13. OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO

##### 13.1. OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES PELA UJ

Desde 2001, com publicação da Lei nº 10.176/2001 que a Lei de Informática (Lei nº 8.248/1991), ocorreu um aumento contínuo e expressivo das atribuições/competências da SEPIN. Citamos por exemplo, a aprovação do regime de incentivos para o setor de semicondutores e TV digital (Lei nº 11.484/2007), regulamentação do poder de compra para bens de informática e

automação nas compras públicas (Decretos n<sup>os</sup> 7.174/2010 e 7.903/2013), o que não foi acompanhado com a adequada reestruturação do Órgão frente às novas realidades. Tais solicitações e pedidos já foram expostos em diversos relatórios de acompanhamento realizados pelo Tribunal.

Convém destacar a maturidade das recentes auditorias e recomendações do Tribunal, no sentido de entender que se trata de uma política pública complexa, direcionada a um setor produtivo extremamente inovador, dinâmico, exigindo articulações com múltiplos atores, o que pode sim, tornar efetiva uma aproximação do Tribunal no sentido de entender e apoiar os órgãos governamentais responsáveis por sua execução, uma vez que os resultados da política pública não são restritos apenas à atuação da SEPIN.

Novamente acrescentamos que a avaliação da SEPIN deveria levar em conta os indicadores e resultados concretos da evolução do setor de TIC no Brasil (considerando os limites da Lei de Informática, que não contempla, por exemplo, mecanismos para reverter o déficit da balança comercial do setor), inclusive realizando estudos comparativos com resultados produzidos em outros regimes de renúncias tributárias federais sob gestão de outros Órgãos. Vale ressaltar que a efetividade e a importância dessa política pública -- particularmente como instrumento indutor de atividades de P&D no setor produtivo -- tem sido reconhecida em publicações de instituições públicas, como o BNDES; além de recentes trabalhos acadêmicos e em depoimentos de representantes do setor produtivo e das instituições de ensino e pesquisa.

Gostaríamos de frisar que as recomendações do Tribunal estão sendo consideradas para não apenas aperfeiçoar a gestão operacional da Lei, mas também como contribuições para o aperfeiçoamento da legislação, o que contribui para o debate nacional sobre os impactos dos incentivos fiscais nas atividades de pesquisa e desenvolvimento.

Adicionalmente, gostaríamos de frisar a importância de políticas públicas para o setor de TICs, não apenas a Lei de Informática, mas também as iniciativas mais recentes, tais como o TI Maior ou mesmo o Startup Brasil, que têm apresentado impacto considerável sobre o ecossistema brasileiro, com grande visibilidade nacional e internacional.